

A HORA É AGORA



Por 382 votos contra 118, Câmara aprova a reforma tributária, após duas décadas de intensos debates. Enfim, legislação unificará impostos e isso permitirá ao país retomar o crescimento e reduzir a histórica desigualdade que poupa os ricos e pune os pobres

Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 10 de Julho de 2023 N° 103

Efeito Lula: superávit recorde na balança comercial

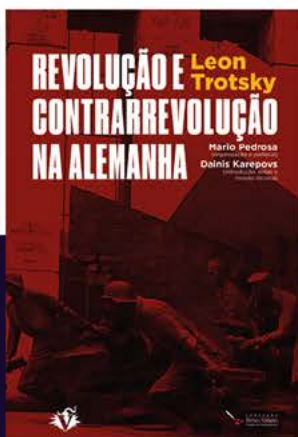
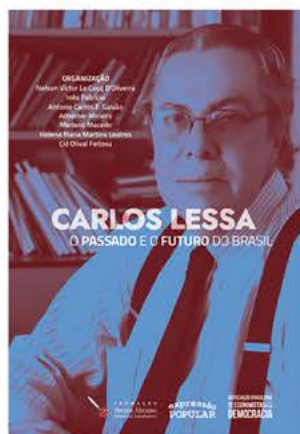
No entrevistão, Fernando Limongi fala sobre a Lava Jato

A Conferência Nacional de Saúde apoia Nísia Trindade

Luto nacional: morre o diretor de teatro José Celso Martinez

O ex-presidente do STF Sepúlveda Pertence falece aos 85

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Fundação Perseu Abramo | Formação | Publicações | Memória | Teoria e Debate | Acervo Social | Observa BR

POLÍTICA | ECONOMIA | CULTURA | MEIO AMBIENTE | MÍDIAS | INTERNACIONAL | SOCIAL | PERIFÉRIAS | PODCAST | VÍDEOS | AGENDA

formação FPA CLIQUE AQUI E ACESSSE NOSSOS CURSOS

LANÇAMENTOS
Revolução e Contrarrevolução na Alemanha
de redação

Conteúdo recente

- HOMENAGEM**
Wladimir Pomar presente, agora e sempre!
Valter Pomar
- HOMENAGEM**
Wladimir Pomar: perdemos um valeroso militante da esquerda brasileira
Diretora Executiva da FPA
- POLÍTICA**
CASB divulga nomes do conselho
- LANÇAMENTOS**
Revolução e Contrarrevolução na Alemanha
- INTERNACIONAL**
Janela internacional: os 50 anos do golpe no Chile
- PERIFÉRIAS**
Painel de Dados das periferias desenha desigualdades em gráficos e mapas
- POLÍTICA**
Presidente Lula sanciona três leis para proteger a vida das brasileiras
Agência PT de notícias
- PERIFÉRIAS**
Reconexão reúne conselho, coletivos, ministérios e chega ao presidente Lula
de redação

Publicações

- Revista Reconexão Periferias - maio 2023
- Viver por conta própria

■ **acompanhe nossos canais e receba nossas publicações!**



www.fpabramo.org.br



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



Fundação Perseu Abramo



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

REVISTA
RECONEXÃO
PERIFÉRIAS



Pela vida e por ambientes sustentáveis nas periferias

CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFÉRIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



EXPOSIÇÃO



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Olímpio Cruz Neto, Paulo Chagas e Pedro Camarão



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CÂMARA AVANÇA COM REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo comemora e Fernando Haddad consegue passar com o texto-base da PEC da reforma tributária no parlamento. Proposta foi aprovada, em primeiro turno, por 382 votos a 118, com o PT fechando em 100% dos votos da bancada. Até o partido da oposição descarregou votos no projeto, que altera radicalmente a política tributária.

Página 12

ENTREVISTA. Fernando Limongi fala da crise gerada pelo impeachment de Dilma
Página 6

INVESTIMENTO. Empresas chinesas apostam no Brasil e injetam bilhões de dólares
Página 18

HISTÓRIA. Paulistas pegam em armas em 1935, e chega a Bossa Nova em 1958
Páginas 30 a 33

INFLAÇÃO. Caem os preços dos alimentos, reduzindo a pressão sobre a inflação
Página 15

EUA. A agressiva política de reindustrialização de Biden pode ser um erro grave
Página 20

TV. A série 'Os Outros' mostra o ódio fermentando na classe média carioca
Páginas 34

ECONOMIA. Efeito Lula: balança comercial tem superávit recorde em 2023
Página 16

TERRA SANTA. Israel faz os mais duros ataques à Cisjordânia em 20 anos
Página 23

CULTURA. Morre o diretor José Celso Martinez, fundador do Teatro Oficina
Página 36

MERCOSUL. Lula critica a União Europeia por impor sanções a países do bloco
Página 17

SAÚDE. Conselho Nacional faz desagravo a Nísia Trindade, alvo do Centrão
Página 25

OBITUÁRIO. Morre em Brasília o jurista mineiro Sepúlveda Pertence, aos 85
Página 38

FAKE NEWS E A PÓS-VERDADE

Alberto Cantalice

A disseminação das fake news e do politicamente correto contamina o ambiente democrático e dá azo às ideias de negação da política e do desapeço aos valores democráticos. Ancorado em um certo diálogo de surdos, produz uma visão de luta antissistema, o que é negada pela realidade.

A cada dia que passa nota-se a disseminação maciça de notícias falsas e discurso de ódio que busca engajamento monetizado por um lado e produz a fratura do tecido social por outro.

Os recentes episódios de depredação e saques na França guardam uma certa similaridade com o que ocorreu no Brasil nas chamadas Jornadas de Junho de 2013.

A partir de uma indignação legítima - o passe livre no Brasil e os protestos pelo assassinato de um jovem pela polícia na França - chegou-se a um movimento embalado pelo discurso de ódio, de demonização das instituições republicanas, insuflado pela extrema-direita que descambou no caos.

A instrumentalização com o mal-estar na civilização, como escreveu Sigmund Freud: "Para o bem da civilização, o indivíduo é oprimido em suas pulsões e vive em mal-estar". Lançado em 1930, o livro traz algumas pistas que nos permitem cotejar a ambiência da época na Europa com os dias atuais.

É claro que há os limites impostos pelo capitalismo, em sua face mais perversa, a neoliberal. A consequente destruição de políticas de bem-estar social e a perda acelerada de perspectivas de em-

pregabilidade e futuro são ingredientes explosivos que mobilizam a juventude mundo afora.

Os estimuladores que fazem transbordar o caldo são os mesmos que vêm defendendo a imposição do capital, empreendem uma guerra aos pobres e, no caso europeu, aos imigrantes.

Esse discurso xenófobo muda de foco conforme a localidade. Nos EUA e na Europa, há um discurso anti-imigração. E, no Brasil, um ataque permanente aos nordestinos, negros e povos originários.

Às forças democráticas e de esquerda cabe um papel central nessas disputas de narrativas. Temos que reafirmar a nossa contraposição ao neoliberalismo e afirmar a defesa de um projeto socialista e democrático, inclusivo e generoso, como alternativa ao extremismo de direita, que quer fazer retroagir a roda da história. •

Olimpio



“O IMPEACHMENT DE DILMA FOI UM DESASTRE PARA A DEMOCRACIA”

Professor da USP faz uma análise fria sobre a crise do sistema político brasileiro e aponta que todos os líderes falharam com o afastamento da então presidenta em 2016. Inclusive a própria petista. “O processo de impeachment foi absurdo, com a autodestruição da classe política. E o resultado foi a emergência de Jair Bolsonaro”, lamenta

Bia Abramo

Em um livro que seu próprio autor classifica como uma obra de “intervenção política”, o cientista político Fernando Limongi reconstitui as tramas que levaram ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. “Operação impeachment – Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato” analisa os movimentos que proporcionaram, de acordo com sua interpretação, a quebra da coalizão política que sustentou o primeiro mandato (2010-2013) e parte do segundo, até 2015.

Professor da USP e FGV, apesar de usar a leitura acadêmica como lastro, Limongi mirou o leitor não-acadêmico para tentar explicar

como se desenrolou a crise política que veio dar na eleição de Jair Bolsonaro e na ascensão ao poder da extrema-direita.

Para isso, baseou-se no noticiário de jornais, o que confere um terreno comum para que Limongi ilumine as reviravoltas que deram no segundo afastamento de um presidente desde a redemocratização. Crítico do recurso do impeachment, ele adverte: “São, e devem ser, processos excepcionais. Suas consequências para o sistema político são incomensuráveis”.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Focus Brasil – Como nasceu a ideia do livro e como você optou por essa linha narrativa, a partir da leitura crítica do noticiário.

Fernando Limongi – É meio óbvio, não? Como cientista político, como acadêmico, eu participo do debate político brasileiro. E participei durante o período de crise política, escrevendo artigos, participando de seminários, de mesas redondas. E eu sempre fiquei muito alarmado, por que sempre tive uma posição muito crítica das rumos que os atores políticos estavam tomando, os atores políticos institucionais, mas também os próprios cientistas políticos, jornalistas, meus amigos do Cebrap, da USP, onde estava trabalhando... Ficava achando que as pessoas estavam fazendo uma leitura errada da conjuntura, que elas não estavam conscientes dos riscos ou das consequências das atitudes ou das decisões estratégicas que



os atores estavam tomando: por exemplo, sempre me opus abertamente a qualquer pedido de impeachment da presidenta Dilma. Foi a imersão nesse debate que me levou a escrever o livro. Esse livro é um livro político, um livro de intervenção política, um livro com uma mensagem clara anti-radicalização, anti-impeachment.

– Você caracteriza o impeachment como um processo que deveria ser excepcional, e, no entanto, desde a redemocratização, dois presidentes foram afastados. Dá pra traçar aí uma leitura das semelhanças e diferenças nesses dois processos de impeachment?

– A minha posição é problematizar os impeachments – e não só no Brasil, mas em todos os países presidencialistas. Mostrar que na literatura acadêmica houve uma tendência a minimizar as condições necessárias para que o impeachment ocorra. No caso do

Brasil ficou mais forte. É isso. São dois impeachments em um período relativamente curto de tempo. O modelo, digamos assim, que eu utilizo para explicar o impeachment da Dilma, do ponto de vista acadêmico mais analítico, se aplica também ao caso do Collor. Meu ponto central é que não é a oposição que faz o impeachment. Quem faz o impeachment, quem propicia a condição necessária para que ocorra, é uma quebra interna da coalizão governamental. No caso do Collor, as explicações correntes simplesmente não tocam nesse assunto, tomam sempre o impeachment do Collor como uma obra da oposição. Mas ele tinha uma maioria muito disciplinada a favor do seu governo. Se ele caiu, é porque essa maioria quebrou. O pivô da queda do Collor são dois partidos: o PFL da época e o PDS que depois virou o PP, os partidos que são oriundos da Arena. Em algum momento, abandonam o governo e aí sim, há

uma coalizão que se forma entre esses partidos de direita, herdeiros da ditadura, e a oposição. Se esses partidos não tivessem trocado de lado, não teria ocorrido o impeachment do Collor, da mesma forma que, no processo de impeachment da Dilma, sem que a coalizão comandada pelo PT se cindisse durante o segundo governo Dilma – e, na verdade, ela só se cinde pra valer em 2016, não teria ocorrido o impeachment. Então é PMDB e PP, PSD que, saindo para a oposição, conseguem levar adiante o impeachment. E o PT demora para se dar conta do risco que está correndo. Tem as suas cisões internas, que exploro no primeiro capítulo, onde mostro como durante o primeiro governo Dilma, vai haver um afastamento entre a CNB – Construindo o Novo Brasil –, a tendência dominante do PT, e o governo Dilma. E isso leva à emergência do escândalo de Pasadena e ao movimento do ‘Volta, Lula’. A Dilma sempre teve uma

relação conflituosa com o PT, ou melhor, com a tendência majoritária dentro do PT, e isso propiciou essa quebra e a possibilidade do PMDB e do PSDB depois virem a abandonar a Dilma.

–E isso se dá pelo fato de a Dilma originalmente não ser do PT, vir do PDT?

– Eu diria que essa é uma visão equivocada. Não é o problema da Dilma ser do PDT e nem que ela tenha sido imposta pelo Lula. Ela foi escolhida pela posição majoritária, que referenda a escolha do Lula. Essa não é uma escolha que foi pessoal do Lula, mas uma escolha do partido. Você tem que lembrar há todos os conflitos internos do partido durante os dois governos Lula, que vão ceifando as lideranças do próprio PT. Então, a convergência para a candidatura Dilma é uma forma de pacificar o partido e de encontrar um nome como que a acenar que todos poderiam aspirar o seu lugar ao sol. É na hora que o governo começa que essa convergência vai se esboroar, na medida em que a Dilma vai fazendo escolhas. O primeiro grande conflito é a queda do Palocci no início do primeiro mandato da Dilma, que é um conflito intrapartidário. E aí, o que a Dilma vai fazendo é procurar se tornar independente, autônoma, mas isso só é possível se ela se apoia nas tendências minoritárias dentro do partido. Se você olha a composição ministerial do governo Dilma, você vai vendo que cada vez mais os membros da CNB vão indo para posições marginais e os membros das tendências minoritárias ou gente que está com a posição estremecida com a tendência majoritária chegam ao centro do governo. Ela vai puxando o pessoal, digamos, das margens do partido ou das posições minoritárias, para tentar reequilibrar a relação dela com o partido. O livro também tem esse papel de levantar os problemas in-

ternos do partido, porque é muito fácil você analisar o impeachment e dizer que foi uma jogada da oposição ou da reação contra o PT e o PT tirar todo o corpo do problema do qual ele fez parte. Assim, a coisa fica toda jogada nas costas da pessoa da Dilma. É tudo personalizado, né? Essa é uma das mensagens, digamos assim, do livro. Tem que olhar também os próprios erros: sem essa divisão interna do PT é que reverbera sobre a coalizão, o impeachment não teria acontecido.

O SUPREMO SE ARVOROU DO PAPEL DE REFORMADOR DO SISTEMA POLÍTICO. ISSO JÁ ESTAVA NA CONSTITUIÇÃO MAS GANHOU FORÇA NO MENSALÃO

– Você mencionou o fato de um processo de impeachment ficar muito centralizado na figura do presidente e queria lembrar aqui que a justificativa e o discurso para que um afastamento ocorra vai para o terreno moral. Que consequências isso tem para a democracia?

– São terríveis e é por isso que eu cito aquela passagem do Fernando Henrique dizendo que um impeachment é uma bomba atômica. Ele serve para dissuadir, não para ser usado. Essa é uma das prin-

cipais mensagens do livro: é um erro jogar uma bomba atômica. O processo de impeachment como um todo foi um processo absurdo e um processo de autodestruição da classe política e o resultado é a emergência do Bolsonaro.

– Essa idéia da fissura da coalizão, uma expressão muito boa, se dá toda em torno do tema corrupção. E, correndo em paralelo, a gente vê a Lava Jato se tornando um processo cada vez mais político. Como o Judiciário incidiu tão profundamente na quebra da institucionalidade política?

– Essa pergunta tem vários planos. A entrada do Judiciário e a sua tentativa de estabelecer uma espécie de supervisão ou tutela, ou exercer uma espécie de poder moderador sobre o sistema político, não é uma tendência que seja exclusiva do Brasil, vem ocorrendo no mundo inteiro. Caminhando paralelamente a isso, tivemos também a questão da corrupção ser levantada ou erigida ou colocada como uma questão central a ser resolvida, que, por sua vez também é uma coisa que vem de fora e que é generalizada. Outra tendência é o papel crescente da judicialização da política. Tem esse contexto geral e tem também um particular do Brasil. E dentro desse contexto particular, a Lava Jato entra. Tudo depende um pouco de qual dessas três perspectivas vamos analisar. Acho que é interessante notar que esse papel crescente do Judiciário e sobretudo, de um papel grande do Supremo em se arvorar o papel de reformador do sistema político. Ele está posto, digamos, em germe, no próprio modelo da Constituição, no jeito que a Constituição foi escrita e o papel que se reservou ao Supremo. Mas o STF não exerce esse poder por um bom tempo, digamos assim. Ele vai ganhando esse papel. Durante o governo Fernando Henrique,

não intervém deliberadamente, só muito parcialmente.

Mas quem está convidando o STF e o Ministério Público a participar? Paradoxalmente, é o PT. As esquerdas vão mobilizar o Judiciário e o Ministério Público para tentar barrar as reformas liberalizantes do Fernando Henrique por que a Constituição é mais estatista, não é tão neoliberal e essas reformas que estão sendo passadas aqui, sejam as constitucionais, seja a desestatização, senão a privatização, está contra o texto consumado. O PT vai, digamos assim, preparando o terreno para essa entrada ou dando legitimidade a esses atores não-partidários, não políticos, a entrar na esfera política.

– **Mas o convite não é aceito.**

– Ele só vai começar a ser explorado pelo Supremo, sobretudo de forma mais consistente, um pouco antes do Mensalão e aí ganha força com o Mensalão. É numa visão negativa do chamado presidencialismo de coalizão e em que é basicamente confundido com práticas corruptas de que o governo monta sua base, monta sua coalizão, abrindo mão de certos controles e deixando que esses partidos minoritários que fazem parte da coalizão se lambuzarem, para usar a expressão do Jaques Wagner. Quando o Mensalão emerge, essa essa visão de que o presidencialismo de coalizão é intrinsecamente conectado com a corrupção ganha corpo ou se constitui mais fortemente. E o Supremo passou, então, a querer reformar o sistema político e se arvora ao papel de assumir esse papel de civilizador ou moralizante. Ou o que quer que seja. Tudo para recuperar certos princípios que teriam sido perdidos. A Lava Jato vem dentro desse movimento, digamos assim, mas ela tem claramente aspectos específicos e particulares. Porque ela se desloca, digamos assim, da reforma política, que era o tema

para a punição dos corruptos. Isso também já vinha rolando. Já vinha no movimento, por exemplo, que vai dar na aprovação da Lei da Ficha Limpa, tentativas de impedir que políticos vistos ou definidos como corruptos ou que tivessem incidido em práticas ilícitas pudessem concorrer eleitoralmente.

– **Um caldo perigoso.**

– A Lava Jato nasce dentro desse clima. Mas se você for olhar especificamente a montagem da Lava Jato, vai ver que inicialmente ela é

A LAVA JATO CONSEGUIU CONVENCER A OPINIÃO PÚBLICA DE QUE A CORRUPÇÃO NÃO ERA APENAS UM CASO, MAS UMA PRÁTICA GENERALIZADA

deslanchada como um apoio ou pelo menos sem a oposição da presidente Dilma e do osso longo do governo. Então é preciso entender que a Lava Jato, enquanto investigação criminal, a missão dela era para investigar desvios na Petrobrás ocorridos durante o primeiro e o segundo governo Lula. Não mais do que isso. Então, tem uma coisa que é a investigação criminal que está rolando em Curitiba. Outra coisa é o movimento que vai se formando, de opinião pública ou do meio político, de

medidas de combate à corrupção. A Lava Jato começa a se vender ao público como se estivesse falando que teria um projeto de limpar o país ou de combater a corrupção de forma geral, e não ao caso específico da Petrobrás. Nesse movimento, a Lava Jato consegue uma coisa fantástica. Faz uma operação de convencer a opinião pública de que o está investigando não é um caso específico, mas uma prática generalizada. O outro ponto é que a Dilma está apoiando a Lava Jato diretamente. Todo o discurso é de que ela vai ir até o fim, vai investigar até o fim, vai deixar que as investigações cheguem ao fim, doa a quem doer, quem quer que seja que esteja envolvido E é uma posição que está em conflito com a posição que o PT tomou durante as investigações do Mensalão, que foi uma posição de que isto é uma perseguição política ao PT e não uma investigação criminal. Que ali tinha uma motivação político-partidária. Dilma estava tentando fazer do combate à corrupção uma das suas grandes, digamos, bandeiras ou marcas do seu governo.

– **Um erro de avaliação da Dilma?**

– Eu acho que há um erro de avaliação, um erro estratégico. Teve ali uma ideia ou uma pretensão de que ela seria capaz de controlar os efeitos da investigação da Lava Jato. Que ela não seria atingida, criminalmente, politicamente. E, no caso, de que seria capaz de se alavancar com isso. Nem uma coisa nem outra se provou correta. E então ela acaba sendo vítima da própria Lava Jato. A operação, no fim, no fim, no fim, é quem derruba ela. O verdadeiro responsável pelo impeachment eu acredito que seja a Lava Jato, por causa do risco ou o temor da classe política de que as investigações da Lava Jato alcançariam todos. Então, a Dilma errou nesse ponto. Agora, o que é importante para mim ressaltar é que ela não foi a única. Vários

outros políticos erraram. E foram vítimas da suas próprias estratégias. É o caso de Aécio Neves. E, também parcialmente, o próprio Lula. Então está todo mundo jogando. E tá todo mundo cometendo erros, né? A própria Lava Jato, se você pensar, também acaba sendo vítima de si própria. Todo mundo erra. Como disse inicialmente, o desastre que vem depois é a eleição de Bolsonaro e os quatro anos de governo dele.

– Erra-se muito na vida pública...

– Sim, e na vida política. É sempre difícil para o político fazer a avaliação de qual é o momento de moderar ou fazer o acordo por debaixo do tapete, digamos assim. O político gira sempre em dois registros: um que é o jogo, digamos, de sinalização para o seu eleitorado e para a opinião pública, em que ele tem que parecer radical, como o líder que tem princípios inalienáveis, não faz acordo, não conversa com a oposição, não faz jogo sujo etc. E, num segundo plano em que tudo isso aí rola abertamente, ou tem que rolar um certo acordo entre a situação e a oposição, uma certa conversa sobre os interesses comuns, que é de preservar a democracia e o regime eleitoral competitivo. Esse é o grande ponto de união de todos os políticos, que é muito difícil para o público geral, para os eleitores aceitarem e é por isso e isso tem que rolar meio que secretamente. O que acaba acontecendo num momento como este de crise, como do impeachment, é que qualquer mostra ou negociação que envolve a moderação é rapidamente penalizada ou vista como imoral e como algo que é uma traição. O que acaba rolando num momento de radicalização e polarização é esse enaltecimento da Dilma de uma política aferrada a princípios e de não-negociação.

– Um equívoco.

– E tem outra coisa: se você for

olhar a opinião pública brasileira, a imprensa brasileira é muito moralista desse ponto de vista, né? Hoje mesmo, se você lê, por exemplo, a *Folha de S.Paulo*, diz assim: Ó, o Lula não está fazendo aquilo que ele prometeu com relação ao orçamento, está deixando rolar o orçamento secreto, está fazendo concessões ao Centrão. Como se fosse um pecado, como se isso fosse um erro do Lula... Bom, Lula está fazendo isso porque é a lei, ele não pode simplesmente não executar o orçamento. Se o Supre-

A GRANDEZA DO SISTEMA POLÍTICO É A CAPACIDADE DE COLOCAR DE LADO NOSSOS CONFLITOS E CONSEGUIR RESOLVÊ-LOS DE FORMA PACÍFICA. E ISSO O LULA FAZ

mo diz que o orçamento escolhido é este, ele tem que fazer. Ele não vai quebrar o pau com o [Arthur] Lira agora. E a imprensa noticia isso como um erro moral, uma traição aos seus princípios. Toda imprensa acaba sendo absurdamente moralista e não objetiva. E isso não é uma coisa que você possa dizer simplesmente que é da linha editorial do jornal ou imposta pelo dono do jornal. É uma visão muito arraigada na intelectualidade, digamos, ou na elite intelectual brasileira, da sua visão de como o

sistema político funciona etc. E vai bater naquela coisa que eu já falei, dessa visão negativa do presidencialismo de coalizão como envolvendo necessariamente trocas ilícitas, não ditados por ideologia, ou por práticas ilícitas etc. E você sempre pode tratar ela como positiva. Eu estava pensando outro dia, por exemplo, numa coisa que foi muito noticiada e muito explorada, que foi o famoso aperto de mãos do Lula e do [Paulo] Maluf. Putz, que absurdo! Como é que o Lula pode apertar a mão do Maluf? Não pode. O cara é o demo, o cara é da direita, não sei o quê.

– Sem enxergar que é do jogo.

– Essa coisa positiva que a gente tinha conseguido na democracia brasileira, os acordos rolando e o governo funcionando sem esse emperramento ideológico... Essa polarização passa a ser vista como muito negativa, como algo a não ser aceito. Mas aí esse caldo de cultura, digamos, é que alimentou a radicalização do período do governo Dilma e que levou ao ímpeto e à emergência de uma liderança como o Bolsonaro, cuja grande característica, digamos assim, que fez com que se tornasse popular, é o fato de que ele seria verdadeiro e não negociava, não fazia concessões. Ele é o cara que realmente diz o que pensa e faz aquilo que pensa. Não importa tanto se substantivamente o que ele pensa e o que ele faz não são besteiras. Importa que ele é verdadeiro, mas que ele não vai nos trair.

– Uma visão simplista.

– O Lula ao fazer acordo com o Maluf é grandeza do Lula. A grandeza do nosso sistema político é essa nossa capacidade de colocar de lado nossos conflitos e conseguir resolvê-los de forma pacífica. É isso que começou a ser visto como negativo. Toda moeda tem dois lados, certo? Então a questão é quanto você acentua um desses

lados, né? Eu enfatizei as lutas internas da coalizão, mas isso não quer dizer que eu esteja inocentando ou diminuindo o papel que os equívocos feitos pela oposição que levaram ao impeachment da Dilma. A radicalização do PSDB, comandada pelo Aécio e um monte de besteiras que eles fizeram, a começar pela contestação do resultado eleitoral de 2014. O Aécio quando entra com um recurso pedindo auditoria das urnas, atendendo, digamos, ou acenando claramente ao eleitorado que era de direita e ao eleitorado de extrema direita e numa organização que estava rolando que já é o embrião da candidatura de Bolsonaro. O capitão não participa da eleição de 2014, mas já está com a cabeça ali. E quando ocorre uma derrota do PSDB novamente para o PT, ele e a extrema direita falam: Agora chegou a nossa vez. O que se provou em 2014? Que o PSDB é incapaz de derrotar o PT, que tem que vir um pouco mais para direita e usar outros métodos. São duas coisas aqui: métodos e ideologia. Então tem uma manifestação convocada já pelo grupo do Bolsonaro e pelo pessoal que se mata gravitando em torno dele. Ele já era um possível candidato dessa turma. E, para o primeiro sábado depois da eleição, tem uma manifestação convocada pra pedir recontagem dos votos, dizendo que a eleição foi fraudada. Já era um tema caro ao Bolsonaro. E Aécio encampa esse pedido, entrando com uma ação no TSE. Ele teve a pretensão de pensar: não vai ser o Bolsonaro o líder da malta, vou ser eu. E tenta puxar isso e o PSDB se enamora dessa possibilidade. Todos se encantam com a possibilidade de construir um movimento de rua que vai brigar com o PT nas ruas, nos movimentos sociais, tirando do PT o monopólio, digamos assim, das ruas. É que eles estão vendo isso sendo montado e querem controlar esse

movimento, assumir a liderança desse movimento. E então você tem uma decisão ali da direita, da oposição, do PSDB, que é de radicalizar, de ir para a cabeça e de não tolerar, digamos assim, mais um governo Dilma.

– A intolerância Tucana?

– Esse movimento é pesado, esse discurso da intolerância e de que é impossível ter mais um mandato do PT, que mais um mandato do PT significará a destruição do país. Quando isso não era verdade de

CONTRA DILMA, A OPOSIÇÃO TUCANA COMETEU INÚMEROS EQUÍVOCOS, COMO QUESTIONAR O PRÓPRIO RESULTADO DA ELEIÇÃO DE 2014

hipótese alguma, por qualquer, qualquer, qualquer dimensão que você analise. O PT não é um risco para a democracia? Nunca foi, nem é um risco para o que quer que seja que digam os economistas, como a ameaça às contas públicas... Outra farsa farsa é que o PT tem no seu DNA tendências autoritárias e ultra-expansionistas, fiscais ou o que quer que seja. Começa a se falar em bolivarianismo no Brasil, esse tipo de besteira. Então a direita, o PSDB, se dilui, pisa, vai para lá

para radicalizar. E esse discurso de intolerância é muito comandado pelo Aécio, mas o [José] Serra embarca nessa também. O único a dizer e fazer justiça a alertar o PSDB de que o partido está entrando numa barca furada e numa nova via sem retorno é o Alckmin. O Geraldo Alckmin! Talvez porque ele seja mais democrata ou inteligente do que os outros, mas simplesmente é o único com um governo para tocar e o do estado de São Paulo para tocar. E ele precisava de colaboração com o governo federal. Ele sabia disso e era o próximo candidato do PSDB. E isso estava estabelecido. Então, tanto o Serra quanto o Aécio e outros estão tentando radicalizar, mas também para impedir que o Alckmin se tornasse o candidato do PSDB em 2018. É um movimento suicida e esse suicídio do PSDB vai se consumir, no abraço ao [Michel] Temer, depois do caso Joesley. Ali, a candidatura do Alckmin foi para o brejo.

– Você acha que a importância de 2013 foi super estimada nesse processo de desgaste do governo Dilma?

– A dimensão do que ocorreu foi grande e evidente: muita gente na rua. O Brasil parou por uma semana. Essa coisa da direita que eu estou dizendo que estava se armando é o que Angela Alonso mostra, é que a direita está se organizando muito antes de 2013 e que, ali, está mais organizada do até que a esquerda. A direita já está na rua antes e já está contestando o monopólio da esquerda das ruas. Do ponto de vista político eleitoral, 2013 teve pouco efeito, porque o quadro para 2014 continua PT versus PSDB. E ninguém, digamos assim, fatura o movimento. Mas é óbvio que 2013 tem um efeito sobre as propostas, o imaginário, o diagnóstico etc. E de como os atores estão se movimentando, os partidos. E deu no que deu. •



VITÓRIA Ao comemorar a aprovação da PEC da Reforma Tributária, Lula elogiou o empenho de Fernando Haddad

ENFIM, APROVADA A REFORMA TRIBUTÁRIA

Depois de décadas em discussão no parlamento, o governo Lula consegue ver aprovada proposta que altera o regime de impostos no Brasil. “Parecia impossível. Valeu a pena lutar”, comemora o ministro da Fazenda, Fernando Haddad

Em mais um movimento político importante para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a redução das desigualdades sociais no Brasil, o país obteve uma vitória importante na noite de quinta-feira, 6. Por 382 votos contra 118, no primeiro turno, e 375

a 113, no segundo, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto. Até a oposição deu votos à proposta que tramitava há décadas no parlamento. A mídia corporativa brasileira classificou a votação como histórica.

Um dos principais articuladores do projeto na Câmara, o ministro da Fazenda, Fernando Ha-

ddad, comemorou o resultado e agradeceu o empenho do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). “Depois de décadas, aprovamos uma reforma tributária. Parecia impossível. Valeu a pena lutar”, disse.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez questão de parabenizar Haddad e a Câmara dos

Deputados pela votação histórica. “O Brasil terá sua primeira reforma tributária do período democrático. Um momento histórico e uma grande vitória para o país. Parabéns para a Câmara dos Deputados pela significativa aprovação ontem e ao ministro Fernando Haddad pelo empenho no diálogo e no avanço da reforma. Estamos trabalhando para um futuro melhor para todos”, disse.

O projeto de emenda constitucional, que ainda precisa ser apreciado em dois turnos pelo Senado Federal, cria pela primeira vez o imposto sobre valor agregado (IVA), um modelo discutido desde a Assembleia Constituinte, que resultou na Carta de 1988, mas nunca alcançado, em razão de disputas entre os entes federativos e receios de perda de arrecadação.

A revisão fiscal marca uma importante vitória política para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que desde que assumiu o cargo em janeiro teve que lidar com um parlamento dominada pela oposição. De acordo com o jornal britânico *Financial Times*, a reforma pode impulsionar o crescimento econômico do Brasil, adicionando até 2,39% ao Produto Interno Bruto nos próximos oito anos, de acordo com estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Durante os últimos 34 anos, uma média de 37 regras fiscais foram alteradas todos os dias, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. A proposta aprovada unifica ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI em três impostos: uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de gestão federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido por um Conselho Federativo, composto por representantes dos Estados



ARTICULAÇÃO O relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, conversam durante a sessão de votação do projeto

e municípios; e um Imposto Seletivo, federal, que incidirá sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

O jornal financeiro inglês, um dos mais influentes do planeta, lembra que a maior economia da América Latina tem sido prejudicada há décadas pela complexidade e opacidade de seu regime tributário.

**LULA: “A PRIMEIRA
REFORMA
TRIBUTÁRIA
DO PERÍODO
DEMOCRÁTICO.
UM MOMENTO
HISTÓRICO E UMA
GRANDE VITÓRIA
PARA O PAÍS”**

Uma empresa de médio porte no Brasil leva cerca de 1.500 horas para preparar e pagar impostos, de longe a maior do mundo, de acordo com o Banco Mundial. Em contraste, uma empresa dos EUA leva 175 horas e uma companhia do Reino Unido leva 114 horas.

O projeto de lei perante o Congresso substituiria uma série de taxas diferentes por apenas dois impostos sobre valor agregado, um federal e outro local. Os contribuintes mudariam para as novas taxas entre 2026 e 2032. Espera-se que a taxa padrão de IVA seja de cerca de 25%.

A reforma também propõe acabar com o sistema de tributação de bens onde eles são produzidos e mudar para um modelo em que os direitos são impostos no ponto de consumo durante um período de transição de 50 anos. A transição federativa só acabará em 2078 e, para suavizar os efeitos do fim da guerra fiscal, a União repassará R\$ 40 bilhões por ano, a partir de 2032, para os Estados investirem ou subsidiarem a atração de empresas.

Com décadas de atraso, a aprovação da reforma tributária pelo Senado pode colocar o Bra-

sil no mapa dos 174 países que já cobram um IVA, reduzindo a burocracia para as empresas e abrindo portas para o ingresso de maiores investimentos internacionais. Autor da PEC 45, base do texto votado, o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), presidente da sigla, destacou que esta pode ser a “primeira reforma tributária da era democrática”.

O atual desenho em vigor começou a ser estruturado em 1965, sob a ditadura militar instituída no ano anterior, quando uma emenda constitucional criou o sistema tributário nacional e instituiu a base de alguns dos tributos em vigência até hoje.

Ainda na sexta-feira, a Câmara dos Deputados concluiu a votação da reforma com a rejeição de três destaques do PL – o partido de Jair Bolsonaro – que visavam desfigurar o texto. Com o voto favorável da bancada do PT, o plenário da Câmara garantiu na reforma a aplicação do imposto seletivo sobre produtos que prejudicam a saúde e o meio ambiente, alíquotas menores para planos de saúde visando a proteção dos consumidores e ainda a garantia de atualização da base de cálculo do IPTU, de acordo com a valorização do imóvel.

Um dos destaques do PL, cuja maioria votou contra o texto da reforma tributária, buscava alterar o texto-base da proposta impedindo a criação do imposto seletivo sobre produtos que prejudicam a saúde e o meio ambiente.

Segundo o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o imposto é uma regra adotada pelo conjunto dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais desenvolvidas do mundo, dentro do sistema do IVA, que será também adotado no Brasil. •

Ricardo Stuckert



COMIDA BOA E BARATA PARA O POVO BRASILEIRO

Texto da reforma tributária aprovado prevê imposto zero para a cesta básica. “Estamos trabalhando para um futuro melhor para todos”, disse Lula ao agradecer o empenho do Congresso e de Haddad

O Brasil tem tudo para comemorar a enxurrada de boas novas que vêm se desdobrando desde a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Seis meses depois do início do governo, o país assistiu a grande vitória do povo com a aprovação da reforma tributária, na noite de quinta-feira, 6. O projeto, que ainda precisa ser aprovado em segundo turno, define imposto zero para produtos da cesta básica.

Segundo o texto votado pelos deputados, que segue agora para análise do Senado, será definida uma lista de produtos que vão compor a Cesta Básica Nacional, que terá alíquota zero de impostos federais, estaduais e municipais – atualmente, a cesta é livre apenas de impostos federais.

Com isso, a previsão é que o preço dos alimentos mais consumidos pelas famílias, como arroz, feijão, mandioca e outros, que já vêm caindo de preço, fiquem ainda mais baratos. Segundo o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), vice-líder do governo no Congresso Federal, é possível esperar que alguns produtos fiquem até 20% mais baratos.

“Eu acredito que, após a aprovação dessa reforma tributária, vai haver uma redução de 10% a 20% no preço dos alimentos da cesta básica”, comemorou. “Estamos falando da cesta básica nacional que vai ser criada, para os mais pobres”. O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, foi outro a celebrar a medida. “A reforma teve

um olhar para os mais pobres. Nela, temos a garantia de que a cesta básica não será tributada. Isso ajuda a controlar o preço do alimento e a inflação”, afirmou.

Proposta pela equipe econômica do governo Lula e construída em conjunto com o Congresso Nacional, a reforma tributária vai simplificar e tornar mais justa a cobrança de impostos no Brasil, ajudando inclusive as empresas a produzir mais e gerar mais empregos.

A costura com o Congresso de uma reforma que garanta comida boa e barata para as famílias mais pobres é outra prova do compromisso do governo Lula em acabar com a fome no Brasil. Nos seis primeiros meses de governo, várias medidas, foram tomadas por Lula.

A começar pelo mínimo de R\$ 600 para beneficiários do Bolsa Família, pelo aumento da merenda escolar e pelo retorno do reajuste do salário mínimo acima da inflação, política que já foi apontada como uma das principais causas de o Brasil ter saído do Mapa da Fome das Nações Unidas em 2012.

Além disso, as mudanças na política de preços dos combustíveis já fizeram os preços dos alimentos baixar. E a tendência é que caiam ainda mais, quando os programas de apoio à agricultura familiar e a formação dos estoques de alimentos passem a fazer efeito.

“Temos de resgatar instrumentos importantes para que a produção de alimentos volte a crescer no Brasil. É garantir que a produção de alimentos seja robusta e garantir armazenamento para garantir estabilidade de preços”, comentou o ministro Fernando Haddad.

A proposta de reforma tributária prevê alíquota reduzida em 50% para alimentos e outros itens da cesta básica, o que

pode contribuir para queda de 1,7% dos gastos dos consumidores. O cálculo é do advogado Eduardo Fleury, economista e consultor do Banco Mundial (Bird).

O preço das proteínas, como carne bovina, pode vir a sofrer uma queda de 3%. Também haveria recuo para laticínios (-0,9%) e, principalmente, produtos de higiene (-17,2%). Os preços de farinhas e massas e produtos como café, açúcar e óleo de soja permaneceriam praticamente inalterados.

Por outro lado, haveria aumento de 7,9% no preço final de ovos, leite UHT, arroz e feijão. São justamente os quatro produtos da cesta que hoje têm a menor carga tributária (3,83%). A reforma prevê a devolução de parte dos novos tributos (cashback) para compensar a oneração de alguns bens e serviços para alguns consumidores.

“A fim de determinar o impacto da alíquota reduzida sobre os preços dos produtos da cesta básica utilizamos a mesma metodologia aplicada na pesquisa realizada pelo Banco Mundial que resultou no documento *Indirect Tax Incidence in Brazil Assessing the Distributional Effects of Potential Tax Reforms* (Incidência tributária no Brasil avaliando os efeitos distributivos de possíveis reformas tributárias)”, disse ao jornal o consultor, que realizou o estudo em conjunto com os pesquisadores Gabriel Lara Ibarra e Rafael Macedo Rubião.

O novo cálculo apresentado por Fleury mostra que, mesmo um produto com carga superior a 12,25% no sistema atual, como é o caso dos 14,4% sobre carnes bovina, suína e de aves, pode ter redução de imposto com o novo método de cobrança, que prevê a geração de créditos de tributos pagos na aquisição de insumos. •

ALIMENTOS TÊM PRESSÃO MENOR SOBRE INFLAÇÃO

Os preços dos alimentos mantêm tendência de queda e registraram, em junho, a maior redução de tarifas em 45 meses no município de São Paulo. Em junho, houve deflação de 0,8%, o que inibiu uma evolução da taxa média de inflação. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a inflação média em junho ficou praticamente estável na cidade, com recuo de 0,03%.

A queda nos preços dos alimentos nos supermercados reflete o que ocorre no campo. Com maior oferta de produtos e, até então, sem a ocorrência de efeitos climáticos severos, como em 2021 e em 2022, os preços de boa parte dos produtos estão em queda.

A ampliação do acesso dos brasileiros aos alimentos, sobretudo os mais carentes, é uma realidade perseguida pelo governo do presidente Lula, cujas várias ações resultaram na queda dos preços da comida.

Segundo a Fipe, além de uma melhora na oferta interna, os preços praticados dentro da porteira refletem a desaceleração mundial das commodities. A produção internacional de grãos melhorou, e os estoques estão sendo repostos, o que tem provocado uma queda nos preços internacionais. A retração interna dos preços se espalha por quase todos os segmentos da alimentação. Das 20 maiores pressões de queda na taxa de inflação, 16 são da agropecuária. •

SENADO APROVA INDICADOS AO BC

O plenário do Senado aprovou, na terça-feira, 4, as indicações do governo Lula para a diretoria do Banco Central. Gabriel Galípolo recebeu 39 votos favoráveis e 12 contrários e vai para a Diretoria de Política Monetária. Já o advogado Ailton Santos, com 42 votos a favor e 12 contra, assumirá a Diretoria de Fiscalização.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o debate transparente com os senadores sobre os gastos tributários afastou a tese de que o povo não cabe no orçamento. Para Galípolo, a inclusão dessa parcela da sociedade no orçamento não passa de “uma questão de escolha” do governante. Essa foi a tônica das sabinas dele e de Aquino.

“As medidas até aqui implementadas produziram no primeiro semestre a valorização da nossa moeda, previsões de um déficit primário menor, aprovação de uma nova regra fiscal, projeções de crescimento mais elevado, menor inflação e o mercado já projeta taxas de juros mais baixas e cortes na taxa de juros futura”, disse Galípolo.

Durante a sabatina, Galípolo afirmou que nenhum economista deve impor seus saberes e ideologias sobre economia e sobrepô-los à vontade democrática, muito menos utilizá-los para interditar o debate sobre a política econômica do país. “Durante muito tempo, nós, economistas, usamos a necessidade de debate técnico para tentar interditar o espaço da economia para o debate democrático ou público”, lamentou. •

EFEITO LULA: SUPERÁVIT NA BALANÇA COMERCIAL

No comércio com o mundo, país tem saldo positivo de US\$ 45,514 bilhões no semestre – o maior da história. Alckmin comemora: “O Brasil nunca exportou tanto em nenhum outro primeiro trimestre”

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 45,514 bilhões no 1º semestre de 2023. O país exportou US\$ 166,2 nos três primeiros meses do ano. É o maior saldo positivo nominal para o período da série histórica, iniciada em 1989. O anúncio foi feito pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Em nenhum outro primeiro semestre da história, o Brasil exportou tanto quanto no primeiro semestre de 2023 (foram US\$ 166,2 bilhões), disse.

“Só em junho, tivemos US\$ 10,59 bi de superávit comercial, o maior valor nominal da nossa história”, destacou Alckmin. “Como diz o presidente Lula, nós vamos surpreender o mundo gerando emprego e renda com respeito ao meio ambiente”. O presidente da ApexBrasil – a agência de promoção dos produtos brasileiros no exterior –, Jorge Viana, disse que o país também está atraindo mais investimentos diretos: “O Brasil detém 41% do total de investimentos estrangeiros diretos feitos na América Latina”.

Segundo o MDIC, o saldo positivo de junho resultou de US\$ 30,1 bilhões em exportações e de US\$ 19,5 bilhões em importações. Houve queda nas duas pontas, mas mais acentuada em importações, que recuaram 18,2% contra 8,1% das exportações contra igual mês de 2022, considerando a média por dia útil. Os dados do MDIC

mostram que as exportações cresceram 8,7% em volume no acumulado deste ano, com alta puxada por soja, petróleo bruto, minério de ferro, açúcar, combustíveis e carnes de aves.

O bom desempenho das exportações brasileiras também foi um dos destaques do boletim Focus, do Banco Central, divulgado na segunda-feira, 3. O documento traz a previsão de um saldo positivo da balança comercial de US\$ 63,76 bilhões em 2023. O boletim da semana passada previa US\$ 62 bilhões.

Para melhorar, o relatório aponta para a queda da inflação e aumento do PIB continuam em alta. A estimativa do IPCA caiu de 5,06% para 4,98%. Já a do PIB subiu de 2,18% para 2,19%. As estimativas para a inflação refletem, em grande parte, os efeitos da queda dos preços dos alimentos. Segundo o IBGE, o grupo “alimentação e bebidas” passou de alta de 0,71% em abril para 0,16% em maio.

A desaceleração dos alimentos, por sua vez, é um dos efeitos da redução dos preços dos combustíveis, que alivia os custos do pequeno, do médio e do grande produtor rural. Em maio, a queda foi de 21,3% para o gás de cozinha (GLP), de R\$ 0,44 por litro no preço médio de diesel para as distribuidoras (-12,8%) e de R\$ 0,40 por litro no preço médio de venda de gasolina para as distribuidoras (-12,6%). • **Agência PT**

LULA CRITICA EUROPEUS POR SANÇÕES A ACORDO

Ao assumir o bloco do Cone Sul, presidente considera “inaceitável” a previsão de sanções aos países que descumprirem o Acordo de Paris. E critica: “Parceiros estratégicos não negociam com base em desconfiança”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência rotativa do Mercosul, na terça-feira, 11, e reiterou as críticas feitas na França há quinze dias sobre o instrumento adicional apresentado pelos europeus para a conclusão do Acordo UE-Mercosul. Entre outras cláusulas, a UE impõe sanções aos países do bloco que descumprirem o Acordo de Paris - compromisso mundial pela redução da emissão de gases do efeito estufa.

“Estou comprometido com a conclusão do Acordo com a União Europeia, que deve ser equilibrado e assegurar o espaço necessário para adoção de políticas públicas em prol da integração produtiva e da reindustrialização”, destacou o presidente. “O instrumento adicional apresentado pela União Europeia em março deste ano é inaceitável. Parceiros estratégicos não negociam com base em desconfiança e ameaça de sanções”.

Segundo ele, “é imperativo que o Mercosul apresente uma resposta rápida e contundente”. “Faz 13 anos que fui presidente do Mercosul e há compromissos que não podem ser adiados. Precisamos concluir o acordo com a UE. Já não há mais explicações sobre tantos anos de espera. Amanhã vou falar com Pedro Sánchez [presidente da Espanha] e vou tentar ver se a gente consegue avaliar uma reunião de ministros para definir o texto que precisamos enviar”, disse.

Outro ponto do instrumento adicional criticado por Lula é o que abre espaço para produtos europeus nas compras governamentais do Brasil. Segundo o presidente, isso seria altamente prejudicial para as empresas brasileiras. “É inadmissível abrir mão do poder de compra do Estado - um dos poucos instrumentos de política industrial que nos resta”, ressaltou. “Não temos interesse em acordos que nos condenem ao eterno papel de exportadores de matérias-primas, minérios e petróleo”.

Para o presidente, a proliferação de barreiras unilaterais ao comércio perpetua desigualdades e prejudicam os países em desenvolvimento. Na visão do líder brasileiro, combater o ressurgimento do protecionismo no mundo implica resgatar o protagonismo do Mercosul na Organização Mundial do Comércio”.

O comércio com os países do Mercosul é essencial para a economia nacional. Em 2021, o volume de negócios com os parceiros do bloco já havia recuperado os níveis pré-pandemia, com cerca de US\$ 35 bilhões. Em 2022, foi de US\$ 40,7 bilhões. Nos cinco primeiros meses de 2023, as transações chegaram a mais de US\$ 17 bilhões - aumento de 12,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. A maior parte dos itens exportados pelo Brasil para os parceiros do bloco é de produtos industrializados, como veículos e autopeças. • **Agência PT**

ARGENTINA QUER ENTRAR NO BRICS

A secretária para América Latina e Caribe do Itamaraty, embaixadora Gisela Padovan, confirmou que a diplomacia brasileira já está trabalhando para que a Argentina seja incluída no grupo do Brics.

A sigla é acrônimo da organização formada por países de economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A ideia de incluir a Argentina foi uma promessa feita em maio pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois que o país vizinho mergulhou em uma nova crise financeira.

“A entrada da Argentina no Banco do Brics também está sendo trabalhada”, disse a secretária, que integrou a comitiva brasileira na 62ª cúpula de chefes de Estado do Mercosul.

Mais de 20 países já manifestaram o desejo de integrar o bloco. As candidaturas mais promissoras no momento, com possibilidade de ingresso ainda este ano, segundo analistas internacionais, seriam Arábia Saudita e Egito, o que ampliaria o território do bloco com um pé agora no Oriente Médio. Argentina e Irã viriam logo depois nesta fila.

A cúpula deste ano, na África do Sul, deverá ser realizada em agosto dentro do formato BRICS+, ou seja, com a participação de países convidados. A ampliação do número de integrantes, porém, não deve acontecer a curto prazo. Para que os cinco países membros aceitem novos sócios, muitos estudos e avaliações deverão acontecer, sobretudo dentro de um contexto geopolítico dinâmico como o atual. •

CHINESES APOSTAM NO BRASIL

Empresa montadora de automóveis e de engenharia anunciam investimentos no país. A China Railway vai dar início ao primeiro projeto ferroviário e uma fábrica de carros elétricos vai injetar US\$ 2 bilhões, gerando 5 mil empregos diretos na Bahia

O Brasil voltou a ser um porto seguro para investimentos estrangeiros. Algumas empresas chinesas anunciaram sucessivamente nos últimos meses apostas no país ou deram início a projetos de infraestrutura. O exemplo mais recente é a China Railway Number 10 Engineering Group Co. Na segunda-feira, 6, a gigante participou de uma cerimônia na Bahia para anunciar o início da construção de seu primeiro projeto ferroviário no país.

Outras empresas chinesas, como PowerChina, China Energy Co, filial brasileira da State Power Investment Corporation (SPIC), também revelaram que estão promovendo novos investimentos no Brasil. Além destas, a principal montadora chinesa, BYD, tam-

bém prometeu investir US\$ 2,07 bilhões, no Brasil até 2025, e seus negócios incluem energia solar, além da produção e montagem de veículos elétricos.

À frente dessas iniciativas do governo está a confiança dos investidores no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na última semana, em um ato festivo em frente ao Farol da Barra, em Salvador, com a participação do Olodum e Ilê Aiyê, a BYD celebrou a implantação daquela que será a primeira indústria de carros elétricos do Brasil. A expectativa é de geração de novos 5 mil empregos diretos, sendo 1 mil deles já na primeira fase de operação da fábrica, prevista para o quarto trimestre de 2024.

O complexo será composto por três fábricas. Uma será dedicada à produção de carros elétricos

e híbridos, com capacidade estimada em 150 mil unidades ao ano na primeira fase, podendo chegar a 300 mil unidades. A segunda vai produzir chassis para ônibus e caminhões elétricos. A terceira será voltada ao processamento de lítio e ferro fosfato e atenderá ao mercado externo, utilizando-se da estrutura portuária da Bahia.

A BYD é a líder indiscutível, ultrapassando a Volkswagen como a marca de automóveis mais vendida na China. Na China, a BYD vendeu cerca de 704 mil veículos de nova energia, cerca de metade dos quais eram híbridos, no trimestre de junho. Essas foram vendas trimestrais recordes e quase o dobro do número do ano anterior. A empresa, apoiada pelo investidor estadunidense Warren Buffett, fabrica suas próprias baterias, o que ajuda a reduzir custos e con-

trolar a qualidade do produto. A empresa também se moveu decisivamente para garantir o acesso às principais matérias-primas.

Sobre a China Railway, Lula parabenizou na segunda o início oficial do projeto e enfatizou em seu discurso a importância da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), o primeiro projeto do Plano Anual de Contratações (PAC) para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O ramal da linha ferroviária tem como objetivo unir a cidade de Caetité, no sudoeste da Bahia, à cidade de Ilhéus, situada no sul do estado.

“Eu gostaria de fazer um apelo aos empresários: é necessário que vocês entreguem a ferrovia antes de 31 de dezembro de 2026. Se for preciso, trabalhem além do horário normal e até mesmo aos fins de semana para que possamos inaugurá-la o mais rápido possível”, disse Lula. “Caso contrário, corremos o risco de permitir que outra ‘coisa negativa’ retorne ao nosso país, e a ferrovia em questão fique paralisada novamente”.

Após quatro anos de governo Bolsonaro, o Brasil recuou da sexta economia mundial para a 13ª. “Uma demonstração de que o nosso país caiu no mundo obscuro e a gente perdeu noção da grandeza do que esse país poderia fazer pelo seu povo”, apontou Lula. Falando a empresários, o presidente defendeu três pilares para a volta do crescimento com justiça social: estabilidade política, econômica e jurídica. “Para isso, é preciso um presidente da República que tenha caráter, credibilidade, que não minta, que converse com o povo e com empresários sobre a realidade.”

Ele lamentou o fato de o país ter perdido espaço na infraestrutura. “O Brasil não produz mais trilhos. Na verdade, nem dormentes são fabricados aqui”, lamentou. “Eu me lembro que criamos a maior

fábrica de dormentes do mundo quando começamos a construir a Transnordestina, mas agora ela está inativa. Há 40 anos, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) produzia trilhos, mas hoje não produz mais”.

E prosseguiu: “É vergonhoso para um país do tamanho do Brasil, que deseja possuir uma extensa malha ferroviária para facilitar o transporte de sua riqueza, ter que importar trilhos de outros países. Temos uma quantidade significati-

COM BOLSONARO, BRASIL RECUOU DE SEXTA ECONOMIA PARA A DÉCIMA TERCEIRA DO MUNDO. EM SEIS MESES, PAÍS VOLTOU A SER RELEVANTE

va de minério de ferro e siderúrgicas em nosso território. Isso é um desafio para nós, pois o Brasil está importando trilhos quando poderia produzi-los internamente”.

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste é uma via de carga com extensão total de 537 quilômetros. A empresa chinesa construirá o primeiro trecho de 126 quilômetros. Uma vez concluído, servirá como uma importante artéria para o transporte terrestre e costeiro no Brasil, reduzindo significativamente o tempo e o custo do transporte de produtos agrícolas e mine-

rais do interior para os portos do Atlântico leste.

A ferrovia promoverá as exportações de commodities a granel, criará milhares de empregos e levará a uma capacidade anual de transporte de carga de 60 milhões de toneladas, segundo o comunicado da empresa. O projeto reflete a importância estratégica da cooperação entre a China e o Brasil, disse Sun Yanfeng, diretor de pesquisa latino-americana dos Institutos de Relações Internacionais Contemporâneas da China.

Por um lado, estabelecerá um canal para escoamento dos recursos do Brasil até os portos. De outro, abre caminho para a construção da ferrovia Central Bioceânica – um megaprojeto ferroviário de 3.750 quilômetros que vai do oeste até o leste e liga os oceanos Pacífico e Atlântico.

“O Brasil tem uma demanda enorme em termos de construção de infraestrutura, enquanto a China é conhecida por suas vantagens de tecnologia, capital e talento nesse campo”, disse Wang Youming, diretor do Instituto de Países em Desenvolvimento do Instituto de Estudos Internacionais da China em Pequim.

Antes do início da construção da ferrovia, empresas chinesas como PowerChina, China Energy Co, filial brasileira da State Power Investment Corporation (SPIC) e outras anunciaram novos investimentos consecutivamente no país latino-americano nos últimos meses, segundo relatos da mídia. A PowerChina concluiu a aquisição dos direitos de ações de um projeto fotovoltaico (PV) de 344 megawatts em Mauriti, uma cidade localizada no nordeste.

A filial local da SPIC também anunciou um plano para adicionar US\$ 2 bilhões em investimentos no Brasil. A geração total de energia dos dois projetos solares da empresa deve dobrar para 5 gigawatts em 2025. •

INTERNACIONAL

O 'MADE IN AMERICA' DE BIDEN VAI FUNCIONAR?



O governo dos Estados Unidos está destinando centenas de bilhões de dólares para dar total apoio industrial em uma mudança sísmica e perigosa da economia impulsionada pelo mercado

Hosuk Lee-Makiyama *

Uma nação pode ser transformada". Com essas palavras imponentes, o presidente dos EUA, Joe Biden, sancionou a Lei de Redução da Inflação (IRA) em agosto de 2022. Apesar do estado fraturado da política partidária dos EUA, o Partido Democrata conduziu o maior subsídio de energia da história dos EUA a um novo ethos nacional para tornar a economia mais verde enquanto inclinava a competição global a favor dos Estados Unidos.

A lei faz parte de uma agenda política mais ampla com o CHIPS and Science Act, que fornece US\$ 280 bilhões em financiamento federal para pesquisa e fabricação de chips lógicos e de memória dentro dos Estados Unidos. A Lei de Investimentos e Empregos em Infraestrutura também canalizou US\$ 700 bilhões para eletrificação, energia renovável e infraestrutura digital e já financiou 20 mil projetos desde 2021.

Compreensivelmente, há alguma consternação sobre os efeitos de distorção do mercado porque Washington está oferecendo subsídios diretos ao estilo de Pequim para aqueles dispostos a apostar na agenda "Make it in America" dos democratas.

Enquanto os governos com dinheiro para gastar - como os membros da União Europeia - prometeram seus próprios planos industriais líquidos zero e subsídios de chips, líderes asiáticos, como o presidente indonésio Joko Widodo, sugeriram soluções comerciais para proteger

o veículo elétrico da Ásia contra práticas desleais de mercado no exterior.

A política industrial dos EUA não é apenas transformadora para a América, mas também para a Ásia. E intencionalmente. Os EUA subsidiarão os investimentos em hidrogênio duas vezes: primeiro para sua produção e novamente quando for usado por indústrias de uso intensivo de energia em toda a Ásia, como aço, alumínio, produtos químicos e manufatura pesada.

Esses estímulos de dupla face mudarão a paridade de competição com a China e com aliados e importadores líquidos de energia como Índia, Japão, Coreia do Sul e Vietnã. As taxas de carbono, atualmente em consideração, também prejudicarão as exportações de países como a Malásia ou a Indonésia.

**O PARTIDO
DEMOCRATA
CONDUZIU O
MAIOR SUBSÍDIO
DE ENERGIA DA
HISTÓRIA DOS EUA
PARA TORNAR A
ECONOMIA DO PAÍS
MAIS VERDE**

Esses subsídios também têm alguns efeitos macro mais amplos na Ásia. Enquanto as tarifas da era Trump criaram pouco ou nenhum emprego em casa, as reformas tributárias dos EUA em 2017 incentivaram as multinacionais americanas a repatriar trilhões do Leste Asiático de volta à economia doméstica.

O IRA canalizará esses lucros para investimentos, em vez de dividendos para os acionistas. Os EUA já são o maior receptor de investimentos estrangeiros - graças à sua posição como a economia mais produtiva do mundo por alguma margem - e a lei desviará mais capital do Leste Asiático para os Estados Unidos.

Mas a tríplice política industrial do governo Biden não é apenas uma inovação da década de 1960. Há também uma mudança ideológica - que o Conselheiro de Segurança Nacional Jake Sullivan descreve como o "novo consenso de Washington" - de uma política econômica voltada para a produtividade para uma política liderada por estadistas que visa garantir uma vantagem confortável sobre qualquer rival em tecnologias emergentes.

Se as sanções dos EUA são projetadas para impedir que a China desembarque no Mar da Tranquilidade, os subsídios são o outro lado da mesma moeda.

Mas a competição geoestratégica de hoje também é um desafio diferente daquele da Guerra Fria. Ao contrário da União Soviética, a China está profundamente integrada nas redes globais de produção com receitas fiscais bem diversificadas. Os Estados Unidos nunca seriam capazes de gastar mais do que isso.

A China também não é a única rival. A perplexidade sobre se os veículos elétricos de aliados dos EUA – mas rivais comerciais – como o Japão ou a Alemanha se qualificam para créditos fiscais do IRA, mostrou que distinguir aliados e adversários é uma prioridade de segunda ordem para os legisladores dos EUA.

Outros subsídios favorecem equipamentos 5G de um consórcio privado liderado por empresas de nuvem dos EUA e empreiteiros militares chineses – como ZTE, Inspur, Phytium e H3C – em vez de fabricantes sul-coreanos e nórdicos confiáveis, como as gigantes Samsung, Ericsson e Nokia.

Mas talvez os planos mais visíveis digam respeito à transferência da fabricação de processadores de última geração e chips de memória dinâmicos de acesso aleatório para os Estados Unidos.

Líder de mercado, a Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC) estima que os custos de construção provavelmente serão pelo menos quatro vezes maiores do que seriam em Taiwan devido à escassez de habilidades e burocracia administrativa. Seu CEO, Morris Chang, chamou abertamente o esforço dos EUA para trazer a fabricação de chips para casa como um “exercício em futilidade”.

Ausente de lógica comercial, tais empreendimentos parecem assustadoramente semelhantes à tentativa de Pequim de transferência forçada de tecnologia, especialmente à luz dos controles de exportação dos EUA para fábricas de microchips de propriedade sul-coreana e taiwanesa na China.

Dadas essas perspectivas negativas e ramificações globais, é uma questão em aberto se a aposta de Biden valerá a

NA PRÓXIMA DÉCADA, OS EUA GASTARÃO US\$ 100 BILHÕES ANUALMENTE EM APOIO INDUSTRIAL, UMA SOMA MAIOR QUE OS GASTOS DE CINGAPURA

pena. Muitos economistas têm uma disposição negativa em relação à política industrial dos Estados Unidos, já que os mercados inevitavelmente fazem apostas mais bem informadas e diversificadas em tecnologias futuras do que os funcionários do governo.

As políticas ativistas do pós-guerra no Japão, Coreia do Sul e Taiwan foram bem-sucedidas porque redirecionaram recursos escassos para setores mais promissores a longo prazo. Eles então deixaram de ser produtivos quando os países amadureceram em economias de mercado dinâmicas.

Os países do Leste Asiático poderiam proteger seus ministérios de legisladores e lobistas representando interesses especiais. Em outros lugares, a política industrial é propensa ao fracasso em sistemas de stakeholders como os Estados Unidos ou a China, onde o lobby foi elevado à categoria de arte performática.

Salvamentos indústrias de

automóveis, supercomputadores, painéis solares e tentativas de sintetizar combustível a partir do carvão falharam porque o governo apoiou ideias inviáveis ou empresas politicamente bem relacionadas.

Em contraste, as inovações frequentemente rotuladas como bem-sucedidas – desde o avanço inicial na tecnologia de semicondutores na década de 1960 até as vacinas Covid-19 – não foram graças à aposta da Casa Branca na tecnologia ou empresa certa, mas como resultados de um apoio mais amplo à pesquisa científica.

Na próxima década, os EUA gastarão US\$ 100 bilhões anualmente em apoio industrial, uma soma maior do que todos os gastos do governo de Cingapura. Embora muitos programas falhem, alguns projetos podem prolongar a preeminência industrial dos EUA, especialmente se os incentivos forem cuidadosamente planejados para explorar a Ásia e a luta da Europa com os preços mais altos da energia.

Como disse Samuel Huntington sobre o relativo declínio industrial da América em relação ao Japão em 1988, “é improvável que os EUA declinem enquanto seu público estiver periodicamente convencido de que está prestes a declinar”.

Tal aversão ao derrotismo – real ou imaginário – é indispensável para mobilizar a nação para algo antes impensável, ou mesmo ligeiramente antiamericano, como a política industrial. •

* Diretor do Centro Europeu de Economia Política Internacional e membro sênior do Instituto de Assuntos Internacionais de Cingapura. Este artigo foi publicado originalmente pelo East Asia Forum e reproduzido pelo Asia Times, em 6 de julho de 2023.

Tradução: Olímpio Cruz Neto



IMPASSE A paisagem de dor e destruição não comove o mundo que vê o conflito acontecer na Terra Santa sem que nenhuma grande potência promova algum tipo de intervenção para celebrar o massacre na Cisjordânia

ISRAEL EXPLODE A CISJORDÂNIA

O mundo se cala diante do maior ataque realizado pelo governo israelense em décadas. Antes, essa violência teria mobilizado os líderes do planeta, mas esses dias já se foram

Daniel Williams | Asia Times

Na última semana, Israel lançou um grande ataque militar contra homens armados em um campo de refugiados palestinos, usando 1 mil soldados e bombardeiros a jato para esmagar a resistência. É o esforço mais recente e mais severo deste ano para acabar com as revoltas contra seu domínio da Cisjordânia. Desde janeiro, as forças israelenses mataram cerca de 120 palestinos, de acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Homens armados pa-

lestinos mataram 20 colonos israelenses na Cisjordânia.

Jenin, onde fica o campo de refugiados, tem sido o epicentro da violência na Cisjordânia há meses. Nas últimas décadas, essa violência crônica teria desencadeado algum tipo de diplomacia das grandes potências para interromper a violência imediata e, pelo menos, medidas retóricas para encerrar o confronto de longa data entre Israel e os palestinos.

Talvez houvesse algum tipo de iniciativa de paz nova ou revivida ou mediação itinerante, uma tática que outrora caracterizou a diplomacia americana no Oriente Médio. Ou, nesta década, talvez

a intervenção da nova potência mundial no bloco, a China, que deu passos de bebê na diplomacia regional ao supervisionar os esforços para reduzir as tensões de longa data entre o Irã e a Arábia Saudita.

Mas não. Em vez disso, os atores diplomáticos estão contando com velhos chavões sobre um plano de paz moribundo com mais de 30 anos: a busca pela chamada “solução de dois Estados”, na qual Israel e os palestinos concordariam com a criação de um Estado Palestino. Um estado em troca de uma paz duradoura.

A fórmula de dois estados há muito é rejeitada por vários go-

vernos israelenses e, em particular, pelo atual primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que cumpriu um total de 15 anos no cargo. Assim, apesar de jurar fidelidade ao conceito de dois Estados dos EUA, Europa e até mesmo a distante China, a divisão da chamada Terra Santa é mais uma oração do que uma realidade potencial.

A preocupação com o conflito não chega ao nível da preocupação com outras crises mais graves: a guerra da Rússia na Ucrânia e as crescentes tensões entre os Estados Unidos e a China.

Embora nenhuma medida concreta esteja em andamento para tornar a solução de dois estados uma realidade, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, alertou que acabar com a agitação na Cisjordânia era necessário para evitar “medidas que minam as perspectivas de uma solução de dois estados”, de acordo com o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller.

A União Europeia pediu a suspensão de “medidas unilaterais que possam aumentar ainda mais as tensões e colocar em risco a possibilidade de uma paz justa e sustentável, baseada em uma solução de dois Estados”.

A China também entrou na arena diplomática. Liu Pengyu, porta-voz da embaixada em Washington, disse que “a implementação da solução de dois Estados” é a “solução fundamental para o conflito palestino-israelense”.

Israel, no entanto, ignorou os avisos e conselhos. Em Jerusalém, Netanyahu disse a uma comissão parlamentar que os desejos palestinos de soberania “devem ser eliminados”, de acordo com uma reportagem na rádio do governo.

Netanyahu disse que Israel precisa preservar a situação atual em que a Autoridade Palestina, criada na década de 1990, supervisiona cerca de 18% da Cisjordânia. A Faixa de Gaza, um território fisi-



camente separado, é governada pelo Movimento de Resistência Islâmica (Hamas), um rival cruel da Autoridade Palestina.

A Autoridade Palestina respondeu duramente. O presidente Mahmoud Abbas apelou à China para intervir para salvar a solução de dois Estados. “Esperamos que Israel concorde com a mediação chinesa. A verdade é que são os Estados Unidos que bloqueiam a solução de dois Estados”, disse à China Global Television Network.

A proposta de dois Estados ganhou destaque no início dos anos 1990, quando os Estados Unidos exerciam um quase monopólio de poder e influência no Oriente Médio.

Após a primeira Guerra do Golfo Pérsico, quando as forças dos EUA expulsaram o exército iraquiano do Kuwait, o então presidente George W. Bush encarregou seu secretário de Estado, James Baker, de organizar negociações destinadas a criar uma “nova ordem mundial” na região. Bush disse ao Congresso dos EUA: “Chegou a hora de pôr fim ao conflito árabe-israelense”.

Depois de várias rodadas de diplomacia de ônibus, Baker organizou negociações entre os palestinos, Israel e os estados árabes que fazem fronteira com Israel - Síria, Egito e Jordânia - a serem realizadas em Madri. A conferência resul-

tou em negociações esporádicas, mas nenhum avanço.

Impacientes, Israel e representantes da Organização de Libertação da Palestina se reuniram secretamente em Oslo. Eles concordaram em ceder gradualmente a autoridade sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza aos palestinos e, depois de cinco anos, discutir questões relacionadas a refugiados palestinos, assentamentos israelenses, acordos finais de segurança e fronteiras.

Cerca de três décadas depois, o Tratado de Oslo é letra morta. Os palestinos controlam nominalmente 18% da Cisjordânia. E Israel, incapaz de pacificar a Faixa de Gaza, retirou seus assentamentos da área em 2005 - embora controle a costa de Gaza e cerque a faixa com altos muros de concreto.

A expansão dos assentamentos israelenses, o aumento simultâneo da população israelense na Cisjordânia e o padrão espaguete de estradas de colonos e altos muros da área zombam da noção de dois Estados.

Em 1991, a população de colonos na Cisjordânia, sem incluir o leste de Jerusalém, que Israel anexou formalmente, era de cerca de 100 mil pessoas. Agora são mais de 450 mil.

O evidente fracasso do programa de dois estados levou alguns observadores a buscar uma solução em que a terra entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo não seja dividida, mesmo que duas nacionalidades vivam nela.

Isso exigiria acrobacias políticas para persuadir comunidades outrora em guerra a existirem lado a lado em territórios que cada uma já reivindicou como seu. Dada a impossibilidade de uma divisão geográfica relativamente direta, parece improvável criar um único estado binacional politicamente intrincado. •

Tradução: Olímpio Cruz Neto



COMPROMISSO Durante a sessão de abertura da Conferência Nacional de Saúde, Lula anunciou o pagamento retroativo do novo teto salarial para os profissionais da área e reiterou que o ministério segue forte com Nísia Trindade

CNS FORTALECE A MINISTRA

Lula garante permanência de Nísia Trindade à frente do Ministério da Saúde. E defende punição a Bolsonaro pela condução “genocida” da pandemia da Covid-19. “Isso não ficará impune”

Isaías Dalle

A 17ª Conferência Nacional de Saúde, concluída na quarta-feira, 5, em Brasília, teve importantes significados. A primeira realizada no governo Lula, a conferência marca o retorno da participação social nas grandes decisões de políticas públicas, uma promessa da campanha de Lula em 2022. E marca ainda o compromisso público do governo

com as diretrizes em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e a blindagem do Ministério da Saúde. Melhor do que isso, o encerramento da conferência foi caracterizado pela defesa da ministra da Saúde, Nísia Trindade.

“Poucas vezes na vida, a gente teve a chance de ter uma mulher no Ministério da Saúde para cuidar do povo com o coração, como uma mãe cuida dos filhos”, elogiou o presidente. “Todas as conquistas que temos na saúde são obra das pessoas que parti-

cipam e trabalham nas conferências nacionais da saúde. Que exigem do governo a melhoria das coisas. E vocês que são do setor conhecem o SUS melhor do que ninguém”.

O nome da ministra Nísia Trindade foi entoado em coro pela plateia que lotava o auditório do Centro de Convenções em Brasília, local da conferência, enquanto ela se dirigia ao microfone. A ministra prometeu que as deliberações apresentadas pela conferência serão prioridade de

sua pasta. “A agenda construída aqui é a agenda central do SUS”, afirmou. Nísia anunciou também que as nove parcelas de reajuste previstas no piso da enfermagem para este ano serão pagas.

Em seu discurso, Lula apon- tou que a reconstrução do SUS é compromisso do governo, ain- da mais depois dos três últimos anos em que a gestão da saúde pública ficou relegada aos capri- chos de quem nunca teve com- promisso com o setor. “Depois da pandemia, não existe brasi- leiro ou brasileira que não reco- nheça que graças ao SUS e aos profissionais de saúde, não che- gamos a 1 milhão de mortos ou mais. E as 700 mil vidas que se perderam, também foram pelo negacionismo, pela falta de vaci- na e má gestão do antigo gover- no”, ressaltou.

Lula deu garantias de que o piso nacional da enfermagem será pago aos trabalhadores pú- blicos retroativamente, contando como data de início o mês de maio, culminando no 13º salário. “Os profissionais da enfermagem, que estão na ponta do serviço, merecem valorização, reconhe- cimento e respeito. O Ministério da Saúde vai pagar o piso e o va- lor atrasado. Investimentos para quem cuida e para o povo brasi- leiro”, discursou.

O pagamento do piso para a categoria que trabalha no servi- ço público só foi aprovado pelo STF no início de julho, validando o que decidiu o Congresso, em maio. O governo Lula decidiu pa- gar o piso tomando como refe- rência a decisão do Congresso. Já os trabalhadores de enfermagem do setor privado, também por de- cisão do STF, deverão negociar o pagamento com as empresas.

“As decisões tomadas pelas conferências têm determinado as melhorias que têm acontecido na saúde. É o trabalho de vocês, que cobram dos governos”, lembrou.

Ele afirmou que o SUS muitas ve- zes foi atacado de maneira levia- na, em notícias que destacavam casos negativos, sem considerar todos os demais casos de suces- so. Segundo o presidente, a pan- demia mudou essa percepção.

Ele defendeu que Bolsonaro seja responsabilizado pela má condução do sistema de saúde durante a pandemia. “Haverá um dia em que alguém será julgado pela irresponsabilidade com que

LULA: “HAVERÁ UM DIA EM QUE ALGUÉM SERÁ JULGADO PELA RESPONSABILIDADE COM QUE AGIU DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19”

agiu”, disse. Sem citar o nome do ex-presidente, mas frisando a pa- lavra “genocida”, Lula vaticinou: “Isso não ficará impune na história da saúde brasileira”.

Segundo Lula, ao menos 300 mil mortes poderiam ter sido evitadas se o governo anterior tivesse cumprido sua função. Esse cálculo vem de projeções feitas por especialistas na área. Alguns falam em 400 mil mortes evitá- veis. Neste trecho da fala de Lula, a plateia gritou: “Sem anistia, sem anistia”.

Lula frisou que a ministra Nísia Trindade está fortalecida no car- go. Ele descartou o noticiário da

mídia nacional, que tentou levar a crer que ela estava enfraquecida e que o cargo fosse entregue ao Centrão. No discurso, ele lem- brou que chegou a telefonar para ela. “Eu fiz questão de ligar. Dis- se: ‘vai dormir e acorde tranquila”. Este ministério é meu, a escolha é minha. A Nísia ficará até quando eu quiser”, comentou. E elogiou o trabalho dela: “Sempre tive óti- mos ministros da Saúde. Mas foi preciso uma mulher para fazer mais e melhor. Tenho certeza que nós vamos mudar este país”.

A conferência reuniu aproxi- madamente 6 mil pessoas eleitas para participar e votar na etapa nacional. Foram debatidas mais de 1,2 mil propostas elaboradas pelos participantes das etapas es- taduais e municipais, organizadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), e também das Conferên- cias Livres Nacionais, organizadas por movimentos sociais e entida- des da sociedade civil. Em 2023, foram 99 conferências livres. To- das essas etapas preparatórias ocorreram a partir de janeiro.

Uma das propostas elaboradas nas etapas anteriores e aprovada na etapa nacional é a construção do chamado complexo econômi- co e industrial da saúde. Trata-se de equipar o Brasil de laborató- rios, centros de pesquisa e fábri- cas para tornar o país autossufi- ciente na produção de insumos como vacinas e equipamentos hospitalares.

Outra marca desta conferência é a agenda de combate à discriminação: programas e projetos de saúde voltados à saúde da po- pulação negra, das populações periféricas e de favelas, de imi- grantes, indígenas, populações de rua e de pessoas LGBTQIAP+. O uso terapêutico de cannabis e propostas de proteção ambiental como elemento de promoção de saúde, por sua vez, são propostas que refletem temas que chegam com força ao debate. •



O RELATIVISMO DA DEMOCRACIA

O caso Assange mostra que democracia é um conceito absoluto, mas a americana é relativa em relação à liberdade de expressão. Aqui, uma declaração do presidente gerou reações iradas

Luis Nassif

É curioso o rigor dos acadêmicos com conceitos. A mais recente discussão foi em torno de declarações de Lula, afirmando que democracia é um conceito relativo. Imediatamente, os guerreiros conceituais se colocaram em campo, discordando: não há relativismo no conceito de democracia. Ou o país é uma democracia, ou não é.

O máximo que se permitem é

que existem países com democracias mais perfeitas e menos imperfeitas. Ou seja, o conceito não é relativo. Relativas são as definições de países democratas. O que, convenhamos, é de um preciosismo hilário.

Um parêntese: independente de estarem corretas ou não, as declarações de Lula são gasolina na fogueira do discurso antilulista, em um país em que até conselhos de participação são vistos como casticismo, chavismo, bolivarianismo ou outro ismo qualquer.

Primeiro, vamos ao conceito de

democracia:

1. A democracia é um sistema político no qual o poder é exercido pelo povo ou em seu nome, geralmente por meio de eleições livres e justas.
2. É baseada em princípios fundamentais, como a participação popular, a igualdade de direitos e a proteção das liberdades individuais.
3. Princípios como a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de associação e a liberdade de religião são essenciais para o funciona-

mento saudável de uma democracia.

4. Os cidadãos têm o direito de expressar suas opiniões, debater ideias, formar partidos políticos e organizações civis, e praticar sua religião de acordo com sua própria consciência.

5. A democracia também enfatiza a proteção das minorias e a inclusão social. Todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua origem étnica, religião, gênero ou qualquer outra característica pessoal. A igualdade perante a lei é um princípio central da democracia.

6. Além disso, a democracia pressupõe a existência de um sistema de governança transparente e responsável. Os governantes devem prestar contas aos cidadãos por suas ações e decisões, e os mecanismos de controle e equilíbrio devem estar em vigor para evitar abusos de poder.

Uma brilhante lista de conceitos imutáveis. Vamos às análises de casos:

Nos Estados Unidos, berço da democracia ocidental, as eleições são influenciadas fundamentalmente pelos grandes financiadores, que dominam os dois partidos, o Republicano e o Democrata. Junto à opinião pública, os interesses econômicos são bancados pelos grandes veículos de mídia, associados ao grande capital.

Logo, a democracia é imutável, mas a democracia americana desobedece o item 2, que menciona igualdade de direitos.

O caso Assange mostra que democracia é uma conceito absoluto, mas a americana é relativa em relação ao item 3, que fala da liberdade de expressão.

Nos EUA, moradores negros têm três vezes mais chance de serem mortos pela polícia do que moradores brancos. Em algumas

idades, como Minneapolis, morrem 28 mais negros que brancos. Logo, a democracia americana não obedece ao item 5, de proteção de minorias.

Vamos analisar outro ângulo: os custos para formar um filho na Universidade nos Estados Unidos.

As mensalidades variam entre as instituições e programas de estudo. De acordo com dados do College Board para o ano acadêmico 2020-2021, a média das mensalidades e taxas anuais em universidades privadas sem fins lucrativos foi de cerca de US\$ 36.880 (R\$ 184 mil), enquanto em universidades públicas para estudantes residentes no estado foi de cerca de US\$ 10.560 (R\$ 52.800) e para estudantes não residentes no estado foi de cerca de US\$ 27.020 (R\$ 135 mil). Além das mensalidades, os custos de manutenção dos alunos chega a US\$ 17.987 (R\$ 90 mil).

E aí, a democracia americana atropelou o item 5, que diz que todos os cidadãos devem ter o mesmo direito e oportunidades.

Se descermos abaixo da linha do Equador, o jogo fica imensamente mais pesado. Vamos ao papel da Constituição, de acordo com os teóricos:

1. Limitação do poder do governo. Ela estabelece a separação de poderes entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantindo um sistema de freios e contrapesos que evita a concentração excessiva de poder em uma única autoridade.

2. Proteção dos direitos fundamentais. A Constituição reconhece e protege os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

3. Estabelecimento de um sistema de governo democrático. A Constituição estabelece os princípios e procedimentos para a realização de eleições livres e justas, permitindo que os cidadãos exerçam seu direito de es-

colher seus representantes.

4. Definição das responsabilidades e deveres do governo. A Constituição estabelece as responsabilidades e deveres do governo em relação aos cidadãos. Isso inclui a proteção da segurança e do bem-estar dos cidadãos, a promoção do bem comum, a prestação de serviços públicos, a administração da justiça, entre outras responsabilidades.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, garantidor maior da Constituição, eliminou direitos trabalhistas (considerados anacrônicos) e não colocou nenhum direito trabalhista moderno em seu lugar. Permitiu um retrocesso nos direitos.

No entanto, ele deveria obedecer ao princípio do não-retrocesso:

O princípio de não-retrocesso, também conhecido como princípio da vedação ao retrocesso social, significa que os avanços já conquistados em relação aos direitos fundamentais não devem ser revertidos ou retrocedidos. Em outras palavras, uma vez garantido um determinado direito ou benefício social, não se deve permitir que ele seja retirado ou diminuído sem justificativa adequada.

No STF, com exceção do ex-ministro Ricardo Lewandowski e de Luiz Edson Fachin, houve retrocessos de toda ordem. Se o principal garantidor da democracia, o STF, não pratica um princípio fundamental, significa que a democracia no Brasil é relativa?

Existem eleições no Brasil e na Venezuela. Nas eleições de 2018 no Brasil, o STF impediu que o candidato favorito, Lula, concorresse à Presidência. Na Venezuela, o regime de Maduro proibiu a candidatura de Maria Corina Machado.

Como fica o conceito de democracia? O Brasil é uma democracia e a Venezuela uma ditadura? Ou ambos são ditaduras? •

Publicado originalmente no jornal GGN.

1917 SEGUE COMO INSPIRAÇÃO

O assassinato de um trabalhador despertou o movimento sindical no Brasil. A imprensa registrou a morte de José Martinez transformando o enterro dele numa forte manifestação política

Reprodução

Isaías Dalle

Um dos episódios mais marcantes da história do movimento sindical brasileiro, a Greve Geral de 1917 reuniu diversos ingredientes que ecoam no tempo e servem de inspiração até hoje. O dia 9 de julho, data em que foi assassinado a tiros o operário José Martinez, espanhol de 21 anos, é considerado a data da eclosão da greve.

A morte do jovem espanhol não teria tido a mesma força catalisadora, se dependesse apenas da vontade das forças de repressão. A Força Pública paulista provavelmente faria o que fez com os corpos de outros operários abatidos nos dias seguintes, enterrando-os em valas comuns, como atestam relatos da imprensa.

Mas um episódio pode ter sido decisivo para que a morte de Martinez tenha adquirido a dimensão e influência com que ficou registrada. No dia 10, a revolta de um irmão do espanhol, embriagado, a xingar policiais que caminhavam pela rua e acusar a Força Pública pelo assassinato, começou a mudar o rumo da história.

Detido, esse irmão foi levado à presença do delegado e lá contou sua versão sobre a morte de José, cujo corpo, àquela altura, ainda jazia no necrotério. O jornal "O Combate", em sua edição do dia 10 de julho, registrou a detenção e o testemunho do irmão, cujo nome não foi divulgado. A reportagem per-



ATO POLÍTICO Um insulto do irmão embriagado, dirigido a policiais, encontrou respaldo e veio à tona mobilizando uma multidão no enterro

maneceu no caso e acompanhou a autópsia. Os legistas ainda arriscaram uma *fake news*, atribuindo a outros grevistas os disparos fatais que atingiram o jovem operário. Não convenceram.

Martinez, trabalhador de uma fábrica de sapatos, estava próximo a uma manifestação de grevistas na região do Brás, bairro operário de São Paulo, quando foi baleado. No dia 11 de julho, seu cortejo fúnebre, que percorreu aproximadamente 11 km entre a casa em que morava, na rua Caetano Pinto, no Brás, e o cemitério do Araçá, tornou-se uma poderosa manifestação política, com milhares de participantes, que fizeram ao menos dois comícios ao longo do trajeto. A greve, até então localizada em algumas fábricas, espalhou-se e parou a capital a partir dali. O movimento espalhou-se.

A Greve Geral de 1917, organizada com a ajuda de comitês operários em diferentes bairros da cidade, teve forte participação e liderança das mulheres, que compunham significativa parcela da força de trabalho na indústria têxtil. O comando da Greve, composto por militantes anarquistas, socialistas e comunistas, soube se comunicar bem com a população, destacando reivindicações de interesse geral, como a exploração das crianças, o assédio sobre as mulheres e a carestia que assolava toda a cidade.

Em 2017, ano do centenário da greve, projeto legislativo transformou o 9 de julho no Dia de Luta Operária na cidade. Naquela data, a Fundação Perseu Abramo e a CUT instalaram um memorial, na quadra em que Martinez foi enterrado, no cemitério do Araçá. •

Iconographia



9 de julho de 1932

SÃO PAULO EM ARMAS CONTRA GETÚLIO

“Neste momento, assumimos as supremas responsabilidades do comando das forças revolucionárias, empenhadas na luta pela imediata constitucionalização do país”. Assim começa o comunicado ao povo paulista, assinado pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo coronel Euclides Figueiredo, informando sobre o rompimento com Getúlio Vargas.

Dentro do estado, o apoio das tropas militares federais, da força pública e das elites econômicas e políticas foi total. O interventor Pedro de Toledo aderiu à rebelião, renunciando ao cargo. Em seguida, foi aclamado governador.

No dia seguinte, São Paulo comemorou com festa a posse de Pedro de Toledo, que confirmou a manutenção da atual administração e lançou um manifesto ao povo brasileiro em que afirmava: “São Paulo não tem outra aspiração senão a ordem legal, a paz, o trabalho, dentro da grande pátria brasileira, una e indivisível, gover-

nada pelo voto livre de todos os brasileiros. [...] Não se trata de um movimento separatista, como caluniosamente propalam, e São Paulo jamais cogitou de quebrar a integridade nacional. Está de pé pelo Brasil unido e com o Brasil”.

Na capital paulista, principalmente na classe média, o clima era de entusiasmo. Nas escolas superiores e em vários pontos da cidade, era grande o número de voluntários se alistando para uma guerra civil. Já os trabalhadores urbanos, beneficiados com os decretos de Getúlio que regulamentaram a jornada de trabalho, da mulher e do menor, não apoiaram o movimento.

Getúlio sabia da gravidade da crise. Por isso, agira em duas frentes. Na política, reconquistara o apoio dos governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e mantivera a fidelidade dos demais interventores. E organizara a área militar. O comando das operações foi entregue ao general Góis Monteiro.

10 de julho de 1934

GOVERNO NACIONALIZA ÁGUAS E SUBSOLO

O governo dá um passo importante para incentivar a industrialização do país, ao baixar os decretos de Minas e o de Águas, assumindo assim o controle dos recursos minerais. A partir de 10 de julho de 1934, a propriedade do solo não implica mais a posse do subsolo, dos cursos dos rios e quedas-d’água. Ou seja, todos os minérios e metais preciosos sob a terra e todos os cursos d’água, fontes de água mineral, rios, cachoeiras, praias e lagoas são patrimônio do povo brasileiro. As regras para sua exploração devem ser ainda definidas pelo governo.

Os novos códigos de Minas e de Águas foram gerados no recém-criado Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tanto as águas – essenciais para a geração de energia, transporte e o abastecimento da população – quanto os recursos minerais só poderiam ser exploradas por brasileiros natos ou por empresas constituídas no país, sob o controle e supervisão da União.

Pelo Código de Minas, todas as jazidas descobertas a partir de então se tornariam patrimônio da União. O Código de Águas seguiu a mesma lógica e era bastante abrangente: tratava das águas doce e marinha, das águas superficiais e subterâneas, das águas pluviais, da contaminação e da poluição hídrica, das margens e dos alveos, da navegação e da hidroeletricidade. Considerava a água doce elemento essencial à vida.



11 de julho de 1935

GOVERNO DECRETA ILEGALIDADE DA ANL

Apoiado na Lei de Segurança Nacional, Getúlio decreta o fechamento de todos os núcleos da Aliança Nacional Libertadora (ANL), enquanto se processa o cancelamento de seu registro. Ao mesmo tempo, cede o prédio do Instituto Nacional de Música aos integralistas, para que realizem a cerimônia de encerramento do seu congresso no Rio – demonstrando que o governo está disposto a impedir o avanço da esquerda.

Assustados com o crescimento vertiginoso dos núcleos da ANL em todo o país, a Igreja Católica, banqueiros, industriais, representantes de empresas estrangeiras e jornais como “O Globo” e “O Jornal” já faziam campanha por sua interdição havia meses.

Os boatos sobre o fechamento da organização aumentaram quando o governo proibiu a ANL de comemorar os levantes tenentistas de 1922 e 1924, no dia 5 de julho. Mesmo assim, manifestações aconteceram em várias cidades. O deputado Otávio da Silveira, na Câmara dos Deputa-

dos, e Carlos Lacerda, no comício da ANL no Rio de Janeiro, leram o manifesto de Luís Carlos Prestes, presidente de honra da Aliança, que conclamava:

“Organizai o vosso ódio contra os dominadores, transformando-o na força irresistível e invencível da revolução brasileira! Vós, que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo Brasil a ganhar! Arrancaí o Brasil da guerra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário!”.

No dia seguinte à assinatura do decreto, o “Correio da Manhã” trouxe, na primeira página, longa entrevista com Filinto Müller, chefe de polícia da capital da República, apontando que o Brasil fora escolhido para centralizar a irradiação do comunismo no mundo, e que a Aliança Nacional Libertadora seria “a pele de cordeiro com que se vestiu o Partido Comunista”.

12 de julho de 1941

LONDRES E MOSCOU CONTRA HITLER

O premiê britânico, Winston Churchill, e o líder soviético, Josef Stálin, assinam um tratado de apoio recíproco contra a Alemanha. Segundo Churchill, a intenção das duas potências é destruir Hitler e o regime nazista.

O tratado entre britânicos e soviéticos desagradou aos Estados Unidos, que viram nessa aliança uma ameaça à futura ordem global de paz sob a liderança deles e do Reino Unido. Os comunistas não estavam no plano.

Churchill e o presidente Franklin Delano Roosevelt, dos Estados Unidos, se encontrariam secretamente entre 10 e 14 de agosto. Nesse dia, divulgariam a Carta Atlântica, na qual recusavam as modificações territoriais que ignorassem a aprovação voluntária dos povos envolvidos, defendiam o direito de autodeterminação dos povos e a livre escolha do regime de governo de seu país, bem como a igualdade de direitos no acesso ao comércio mundial e às matérias-primas. Em setembro de 1941, Stálin assinaria, com ressalvas, a Carta Atlântica.

Até aquele momento, os norte-americanos ainda não haviam entrado na guerra. As tropas nazistas avançavam cada vez mais sobre a Europa.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br

14 de julho de 1955

ISEB VAI ELABORAR O DESENVOLVIMENTO

É criado no Rio de Janeiro, por decreto, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), integrado por um grupo de intelectuais nacionalistas de várias especialidades. Na sua origem está o “grupo de Itatiaia” – intelectuais que, liderados pelo cientista social Hélio Jaguaribe, fundaram em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), responsável pela revista “Cadernos do Nosso Tempo”.

Criado no governo Café Filho, o órgão iniciaria suas atividades somente no governo Juscelino Kubitschek, período em que o Brasil deu uma arrancada em seu processo de industrialização.

Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Iseb funcionaria como um espaço ativo de socialização entre políticos, intelectuais, artistas e estudantes. Em pouco tempo o instituto se tornaria um dos grandes centros de elaboração teórica do nacional-desenvolvimentismo, reunindo importantes formuladores como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodrê.

O “grupo de Itatiaia” forneceria fundamentação teórica para projetos de desenvolvimento do alto escalão da administração de Kubitschek, contribuindo, em especial, com uma visão ampla do Brasil e de seu processo de industrialização. Essa visão fundamentaria a defesa de uma opção nacionalista não ortodoxa, que não implicasse rejeição ao estrangeiro e que se circunscrevesse à definição de qual é o interesse nacional.

Na década seguinte, treze dias após o golpe militar de 1964, a sede do Iseb seria depredada, e o órgão, extinto.



Julho de 1958

‘CHEGA DE SAUDADE’: É A VEZ DA BOSSA NOVA

João Gilberto reinventa a forma de tocar violão. Na composição “Chega de Saudade”, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, ele vem com uma batida sincopada, explorando a riqueza dos acordes dissonantes de Jobim e incorporando elementos do jazz norte-americano. É o nascimento da bossa nova, uma revolução na música brasileira.

No final dos anos 1950, o Brasil passava por grandes transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. JK enfatizava a modernização e o desenvolvimento, acelerando a industrialização e a urbanização e permitindo a formação de uma nova classe média.

Essas mudanças se refletiam também na produção cultural, que buscava novos padrões estéticos em diferentes áreas, sintonizados com um ideal de cosmopolitismo, mas ambicionando a criação de referências nacionais.

É nesse contexto que a bossa nova surgiu como gênero musical, rompendo os padrões tradicionais da canção brasileira, que tinha o samba e o samba-canção como parâmetros essenciais. A nova forma de

cantar dialogava com o samba, mas incorporava a cadência e os temas mais intimistas do jazz.

“Chega de Saudade” já havia sido lançada três meses antes, pela voz de Elizete Cardoso, no seu álbum “Canção do Amor Demais” – de pouco sucesso, apesar do repertório, todo de Tom e Vinícius. A canção teria versão definitiva no primeiro álbum solo de João Gilberto.

O novo gênero remetia a um Brasil solar, praiano, luminoso e surpreendentemente jovem. Era uma novidade extraordinária, que nem todos assimilaram na primeira audição. Os mais resistentes apontavam a “alienação” dos principais compositores do movimento, enquanto outros criticavam a influência norte-americana. A bossa nova, no entanto, influenciaria gerações de músicos no Brasil e no mundo.

Como movimento musical, teve vida curta e intensa: surgiu em 1958 e durou até 1963. O movimento inventou um gênero musical, criou uma novidade rítmica capaz de virar o samba ao avesso, desfiou harmonias inusitadas e inaugurou um estilo contido de interpretação.

13 de julho de 1962

JANGO SANCIONA LEI DO 13º SALÁRIO

O Congresso aprova, e o presidente João Goulart sanciona lei que institui a gratificação de Natal, ou o "13º salário". A Lei 4.090/1962 é assinada apenas 12 dias após a queda do gabinete parlamentarista, presidido por Tancredo Neves.

Jango ratificava assim seu compromisso com o movimento sindical, que desde o ano anterior vinha promovendo intensa mobilização pela aprovação do projeto. Nos meses seguintes, os sindicatos levariam às ruas a campanha pela volta do presidencialismo.

A aprovação da gratificação de Natal foi o resultado de anos de negociações entre Estado, patrões e empregados, na maior parte das vezes marcadas por greves, prisões e repressão.

13 de julho de 1990

ESTATUTO GARANTE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

É publicada a Lei 8.069, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O novo instrumento considera prioridade absoluta a proteção e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. O ECA está baseado na doutrina jurídica da "proteção integral", o que significa que seus pressupostos conferem-lhe estatuto de cidadania universal e valem para qualquer criança ou adolescente.

Desde 1979, vigorava o Código de Menores, que previa medidas punitivas e assistenciais apenas às crianças e adolescentes que tivessem cometido atos infracionais ou fossem consideradas em "situação irregular".



15 de julho de 1985

'BRASIL: NUNCA MAIS' RECUPERA A VERDADE

É publicado o livro "Brasil: Nunca Mais", que resume as principais conclusões do Projeto Brasil: Nunca Mais, coordenado pelo arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright. Durante seis anos, de 1979 a 1985, o projeto fez, de forma clandestina e em condições adversas, um levantamento amplo das violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar.

Foram sistematizadas informações de mais de 1 milhão de páginas de cerca de 700 proces-

sos do Superior Tribunal Militar, onde eram julgados os réus processados por crimes políticos. Foram também colhidos centenas de depoimentos e pesquisados outros arquivos públicos no Brasil e no exterior.

O livro publicado pela Editora Vozes é uma súmula do acervo de 12 volumes do projeto e teve forte impacto na sociedade com a dureza de suas revelações.

Mais de 1.800 casos de tortura e de desaparecimentos de 125 pessoas no período foram documentados. Estes números seriam ampliados no futuro por novos levantamentos.

11 de julho de 1987

RURALISTAS MARCHAM ATÉ O CONGRESSO

Fazendeiros e produtores rurais convocados pela União Democrática Ruralista (UDR) descem a Esplanada dos Ministérios rumo ao Congresso Nacional, gritando palavras de ordem como "Reforma agrária já, com justiça e critério" e "Abaixo o fascismo vermelho".

Numa demonstração de força, 30 mil ruralistas fizeram uma passeata em Brasília para se manifestar contra a aprovação pela Assembleia Constituinte de dispositivos

mais avançados sobre a posse da terra e a reforma agrária. Eles queriam, sobretudo, evitar a desapropriação de terras improdutivas para reforma agrária.

A UDR havia surgido no ano anterior sob a liderança do médico e fazendeiro goiano Ronaldo Caiado, hoje governador de Goiás. Sua criação foi uma reação da elite rural ao surgimento do MST e à aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária.



“OS OUTROS”: UMA SÉRIE SOBRE TENSÃO SOCIAL NO BRASIL

Série coloca em xeque questões morais a partir do tensionamento e elasticidade de conflitos, refletindo um Brasil que assiste aos índices de violência e intolerância crescerem de forma vertiginosa. Segunda temporada já está garantida

Guto Alves

Na esteira de novas produções que têm abocanhado parte da audiência de uma nova dinâmica da dramaturgia brasileira – as séries televisivas –, a Globoplay tem buscado um modelo híbrido que, a princípio, funciona: lançar antes em seu serviço pago e, depois de testado o produto, alçar voo no sinal aberto da emissora, a TV Globo.

“Os outros”, série criada e escrita pelo roteirista Lucas Paraizo (“Sob Pressão”), com direção

de Luisa Lima, é um exemplo de como o Brasil tem histórias próprias para contar sem precisar recorrer a clichês enlatados do audiovisual norte-americano. A produção é sucesso absoluto, obtendo até agora a maior audiência da plataforma.

Aliás, não é só nos números de audiência que a produção se garante – público e crítica se uniram numa rara unanimidade. Às quartas e sextas (o último episódio foi ao ar na sexta-feira, 7, depois do fechamento desta edição), redes sociais como Twitter, TikTok e Instagram são inundadas por exaltações ao episódio mais recente.

O ingrediente principal da dramaturgia de Paraizo é a tensão. É de onde parte toda a história. Quando se diz de uma história brasileira narrada, dentre as tantas possíveis, é por que o argumento que guia os conflitos e os arcos dramáticos que se desenvolvem ao longo da série conseguiu capturar, com múltiplas lentes, o ambiente de violência latente e tensionamento social e político, ainda que não explícito, vividos no Brasil desde 2018, acirrados com o que aconteceu no país durante a pandemia iniciada em 2020 e o que restou de nós depois disso. Muito rancor,

um ódio desorganizado e uma enorme vontade de partir para a briga. O diálogo se faz quase impossível e a reação deu lugar à conciliação.

Na produção, tudo começa na quadra de um destes condomínios que formam ilhas de isolamento e criam microcosmos na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Uma briga entre dois adolescentes, um mais calmo, outro mais agressivo, arquétipos fáceis de se encontrar em qualquer sala de aula e, claro, em qualquer quadra de condomínio. Um deles bate, o outro apanha. Os pais se envolvem e vira caso de polícia. A partir daí, desencadeia-se uma série de acontecimentos que se desdobram em outras tramas.

O espectador, que antes se interessava exclusivamente pela briga inicial que, a princípio, revelava uma família “do bem” e outra “do mal”, é guiado da área comum para dentro dos apartamentos das várias torres distribuídas no enorme terreno. O bom e o mau são conceitos que se dilatam à medida que conhecemos melhor as personagens e seus conflitos.

Enquanto as portas de apartamentos se abrem e reuniões de condomínio acontecem, o enredo elástico chega até à milícia do Rio, que tem tomado conta da segurança de diversos territórios da capital fluminense. E, bem como a série mostra, com conchavos com a síndica, incentivando e criando violência para depois proteger os moradores mediante pagamento.

Logo de cara, destaca-se a atuação de Drica Moraes como a síndica corrupta Dona Lúcia; de Milhem Cortaz, como o macho alfa de masculinidade frágil e comportamento agressivo; Maeve Jinkings, como a dona de casa infeliz que tenta se desamarrar da vida frustrada e de Eduardo

Sterblitch, como o miliciano canastrão.

Destoa um pouco o tom da representação do personagem Amâncio, vivido por Thomas Aquino, que encarna também um personagem difícil de engolir de tão inverossímil: em que Brasil um vendedor de lojas de varejo consegue sustentar uma família com filho em escola particular, esposa sem trabalhar e bancar dois apartamentos num condomínio de classe média na Barra da Tijuca? Aqui houve um descolamento de realidade.

A série tem ares de superprodução, com elenco estrelado e direção artística irretocável de Luisa Lima, que em alguns momentos lembra Almodóvar, não no estilo, mas na assinatura de cores, luz e sombra. A série foi toda gravada em locações, em um condomínio na Barra, que hoje encontra-se com diversas unidades desocupadas.

O elenco estrelado ajuda a engatar tramas que às vezes engatinham: Drica Moraes toma para si parte da série, a vida de sua personagem, a história da síndica Dona Lucia, por ser mais interessante que os conflitos vividos no condomínio.

Bom, essa é uma primeira impressão ao ver os seis primeiros episódios, mas a partir deste ponto compreende-se melhor a intenção da criação, que não é apresentar um enredo que gire em torno de uma trama principal, mas sim um enlace de histórias que escalam, crescem e chegam ao ápice da violência, do horror e do cotidiano mais cru possível dos dramas humanos. Isso enquanto o espectador vive o amor, o rancor, o ódio, a corrupção, a ética e a moral. Está tudo em xeque. •

OS OUTROS

Onde assistir: **Globoplay**

Direção: **Luisa Lima**

Criação: **Lucas Paraizo**

FÃS COLOCAM VIÚVA DE GAL SOB SUSPEITA

A jornalista Hildegard Angel iniciou um movimento para cobrar a realização de uma autópsia no corpo de Gal Costa a fim de se verificar a causa da morte da cantora. A cantora morreu aos 77 anos, em 9 de novembro do ano passado, mas a causa não foi revelada.

“Dadas as recentes revelações, os fãs de Gal Costa pedem ao Ministério Público uma autópsia já. O mal súbito da cantora não nos convence”, escreveu a jornalista em uma de suas redes sociais.

Em reportagem publicada na edição de julho da revista Piauí, ex-funcionários e amigos de Gal Costa acusam Wilma Petrillo, viúva e empresária da cantora, de assédio moral, ameaças e golpes financeiros. A publicação também afirma, segundo as pessoas entrevistadas, que Wilma teria levado a artista à falência. Procurada pela revista, Wilma não se pronunciou.

“Já que há desconfianças sobre as pessoas que cercam Gal Costa, acho que é adequado que seja realizada uma autópsia para saber a causa da morte. Ela é uma personalidade nacional e internacional, e não há nenhuma afirmação assertiva sobre o que causou a sua morte”, disse Hildegard à colunista Monica Bergamo, da Folha.

“É uma obrigação não só cultural, mas histórica, mostrar efetivamente do que ela morreu”, segue. Para a jornalista, foi um “relaxamento, um desleixo” que a autópsia não tenha sido feita. •



Reprodução

ZÉ CELSO MARTINEZ: OUSADO E REVOLUCIONÁRIO

Morre em São Paulo o ator e diretor José Celso Martinez, símbolo da inovação teatral. Dramaturgo deixa um vazio no teatro brasileiro e recebe homenagens de Lula e da classe artística. O velório no Teatro Oficina foi marcado por festas e muita emoção de fãs, amigos e artistas: Evoé, gigante

A arte dramática nacional sofreu uma perda sentida. Faleceu na quinta-feira, 6, aos 86 anos, o dramaturgo e diretor teatral José Celso Martinez Correa. Ele estava internado na UTI do Hospital das Clínicas desde a manhã da terça-feira, 3, após sofrer queimaduras em mais de 50% do corpo devido a um incêndio ocorrido em seu apartamento, na cidade de São Paulo. A morte de Zé Celso, como era conhecido, deixou a todos de luto.

Sob longos aplausos e música, fãs, familiares e amigos despediram-se do artista. “Evoé!”, a palavra ecoou pelo Teatro Oficina. Era o que também gritavam os participantes dos bacanais como forma de invocar Baco, deus do vinho e das festas. Bacantes foi um dos espetáculos dirigidos por Zé Celso.

O velório no Teatro Oficina seguiu por toda a madrugada e, pela manhã, uma fila de admiradores ainda aguardava para o último adeus ao dramaturgo. Por volta das 9h, assim como foi feito durante a madrugada, uma ciranda foi formada para que todos da fila pudessem se aproximar do corpo e se despedir. O velório se encerrou por volta de 12h. Em seguida, o corpo foi levado ao Cemitério e Crematório Horto da Paz, em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva homenageou Zé Celso, considerado com um dos maio-

res nomes do teatro brasileiro. “O Brasil se despede hoje de um dos maiores nomes da história do teatro brasileiro, um dos seus mais criativos artistas”, lamentou. “José Celso Martinez Correa, ou Zé Celso, como sempre foi chamado carinhosamente, foi por toda a sua vida um artista que buscou a inovação e a renovação do teatro. Corajoso, sempre defendeu a democracia e a criatividade, muitas vezes enfrentando a censura”.

A ex-presidenta Dilma Rousseff também manifestou pesar com a morte do diretor. “É uma perda irreparável para para a cultura do nosso país. Brillhante, inquieto, revolucionário, Zé Celso foi um dos maiores inovadores do teatro brasileiro. Dedicou a vida inteira à sua arte, com alegria e entusiasmo”, comentou nas redes sociais. “Será sempre lembrado pelo desenvolvimento do Teatro Oficina, do TBC, pela introdução do tropicalismo na linguagem teatral, e também pela ousadia e destemor no enfrentamento da censura e da ditadura militar”.

O dramaturgo nasceu em 1937, na cidade de Araraquara (SP). Há 65 anos, ele fundou, junto com outros atores, o Grupo Oficina, até hoje em atividade, considerada uma das companhias teatrais mais importantes e longevas da dramaturgia brasileira. O grupo foi criado no Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde Zé Celso era estudante.

Nos anos 60, o Oficina obtém repercussão com a montagem de obras teatrais como “Pequenos burgueses” (1963), do russo Máximo Gorki (1868-1936). Em 1964, com o golpe militar no Brasil, a peça virou alvo da censura e sofre cortes, a exemplo de outros trabalhos do Oficina nos anos vindouros. Ao longo daquela década, o grupo iria montar espetáculos baseados nas obras de autores como Max Frisch e Bertolt Brecht.

Em 1967, Zé Celso e o Oficina montam a peça “O rei da vela”, obra teatral de Oswald de Andrade, um dos grandes símbolos do modernismo brasileiro. O espetáculo revolucionou o teatro brasileiro, em forma e conteúdo, e que levou o público a ter uma nova visão a respeito da arte teatral e da própria realidade social do país. A encenação visceral da obra de Oswald, 30 anos depois de escrita, foi aplaudida pelo público e aclamada pela crítica especializada.

A partir de então, o ator, dramaturgo e diretor se tornaria uma referência no teatro do Brasil, pela coragem, ousadia e inovação com as quais aborda vários temas.

O Oficina passou a ser visto como um exemplo de resistência na manutenção da sua sede, que também chegou a sofrer um incêndio nos anos 60 e diversas investidas judiciais para a sua demolição, diante da especulação imobiliária. •

SEPÚLVEDA PERTENCE, 85 ANOS

Ex-presidente do Supremo foi um dos maiores juristas e se notabilizou pela defesa da democracia, como lembraram Lula e Dilma. Ele começou na política no movimento estudantil

O Brasil perdeu um de seus mais importantes juristas. Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), José Paulo Sepúlveda Pertence morreu no domingo, 2, de insuficiência respiratória, no Hospital Sírrio Libanês, em Brasília, onde estava internado há mais de uma semana. Ele tinha 85 anos. O velório foi realizado na segunda, no Salão Branco do STF, e o enterro ocorreu na Ala dos Pioneiros, na capital federal.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que Pertence sempre atuou pela defesa da democracia e pelo Estado de Direito, como advogado e também como ministro da Suprema Corte. "Tive o privilégio de ter em Sepúlveda um amigo e também um grande advogado. Neste momento de perda, meus sentimentos aos seus familiares, em especial aos seus filhos, aos amigos e admiradores", declarou.

Dilma Rousseff, presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento, mandou de Xangai, na China, uma nota à imprensa enaltecendo a atuação pública de Pertence, mineiro de Sabará, que começou na vida pública como militante do movimento estudantil, tendo sido vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre 1959 e 1960. "Humanista e verdadeiro democrata, fez história ao pro-

Antonio More



mover no STF a primeira gestão aberta à sociedade, ainda nos anos 90", lembrou a ex-presidenta da República. "Pertence foi um radical defensor dos direitos humanos e profundamente comprometido com as lutas sociais".

Presidenta do STF e do Conselho Nacional de Justiça, a ministra Rosa Weber lamentou o falecimento do ministro, que chegou ao tribunal pouco depois da promulgação da Constituição Cidadã de 1988. "Teve presença marcante e altamente simbólica no dia a dia da Corte ao longo dos anos. Grande defensor da democracia, notável na atuação jurídica em todos os

campos a que se dedicou, deixa uma lacuna imensa e grande tristeza no coração de todos", lamentou.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes também recebeu com pesar e tristeza a notícia do falecimento do jurista. "Pertence foi responsável por criar uma rede nacional da Justiça Eleitoral, que permitiu transmitir a alguns centros regionais as apurações de cada seção, de cada município. Na gestão do ministro Sepúlveda Pertence, em 1994, o TSE fez, pela primeira vez, a totalização das eleições gerais pelo computador central, em Brasília", lembrou. •

Organização

Jacques Mick

João Carlos Nogueira

VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Como enfrentar
desigualdades
raciais, de classe e
gênero e apoiar a
economia popular
nas periferias
brasileiras

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERFERIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores